

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GEOGRAFIA**

GLEICIANE BARBOSA MOURA

**ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: Um estudo de caso do Col. Est. Adolfo
Bezerra de Menezes em Araguaína – TO tendo em vista as limitações físicas de
um cadeirante**

ARAGUAÍNA-TO

2017

GLEICIANE BARBOSA MOURA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: Um estudo de caso do Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes em Araguaína – TO tendo em vista as limitações físicas de um cadeirante

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em geografia da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção da graduação em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aires José Pereira

ARAGUAÍNA-TO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- B238a Barbosa Moura, Gleiciane .
 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: Um estudo de caso do Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes em Araguaína – TO tendo em vista as limitações físicas de um cadeirante . / Gleiciane Barbosa Moura. – Araguaína, TO, 2017.
 83 f.
- Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Araguaína - Curso de Geografia, 2017.
 Orientador: Aires José Pereira
1. Acessibilidade arquitetônica. 2. Deficiência Física. 3. Araguaína – TO. 4. Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes. I. Título

CDD 910

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GLEICIANE BARBOSA MOURA

ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: Um estudo de caso do Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes em Araguaína – TO tendo em vista as limitações físicas de um cadeirante

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em geografia da Universidade Federal do Tocantins, para obtenção da graduação em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Aires José Pereira

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Aires José Pereira

Universidade Federal do Tocantins

Orientador

Prof.^aMa. Thaysslorranny Batista Reinaldo

Universidade Federal do Tocantins

Examinadora

DEDICATÓRIA

Ao meu noivo Robson Ramos Araújo Santos que divide comigo muitos planos e sonhos para o futuro e que sempre esteve ao meu lado de maneira especial me apoiando, incentivando e dedicando seu tempo livre para me dar atenção e ajudar em todas as minhas dificuldades. Dedico também a minha mãe Genoveva Pereira Barbosa que pela bondade de Deus me deu a vida e a meus sogros Maria Antônia Cabral dos Santos e Edmar Ramos dos Santos por terem me acolhido e muitas vezes me tratado como própria filha.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus que iluminou e sempre está abençoou o meu caminho durante esta caminhada.

Agradeço a minha mãe, Genoveva Pereira Barbosa a quem eu rogo todas as noites a minha existência e irmãos Keilane Barbosa Moura e Kleuton Barbosa Moura, que embora não tivessem participado diretamente do meu processo de formação, incentivaram a minha trajetória.

Agradeço imensamente ao meu noivo, Robson Ramos Araújo Santos, que de forma especial e carinhosa me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, iluminando de maneira especial os meus pensamentos me levando a buscar mais conhecimentos.

Meus agradecimentos de forma grandiosa a meu orientador, Doutor Aires José Pereira pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivas que me fizeram concluir de forma exímia este trabalho.

Agradeço aos meus colegas de faculdade Delismar Palmeira Costa, Glibson Barbosa Sousa e Alvanir Oliveira da Silva por sempre estar dispostos a me ajudar sempre que precisei.

Sou grata a Associação dos Deficientes de Araguaína pela atenção que me deram nas reuniões ao qual participei

Agradeço ao Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes, objeto de pesquisa, que me recebeu perfeitamente em todas as visitas a campo.

Meus agradecimentos à banca de defesa deste trabalho, a mestra Thayssllorranny Batista Reinado por sua importante participação.

Agradeço também a todos os professores do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal do Tocantins por me proporcionar o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, sou eterna grata a eles, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

EPÍGRAFE

"Se o lugar não está pronto para receber TODAS as pessoas, o lugar é deficiente"

THAIS FROTA

RESUMO

As pessoas que não apresentam nenhum tipo de deficiência física podem encontrar barreiras que dificultam o seu acesso a alguns espaços urbanos e prédios públicos ou privados. Para as pessoas com algum tipo de deficiência, essas dificuldades são mais constantes, uma vez que a acessibilidade não é tratada da forma devida pelo poder público. Nos espaços urbanos é comum encontrar barreiras que ofereçam algum tipo de perigo ou dificuldade de acesso tanto para pessoa dita como “normal” como para a pessoa com deficiência. Se nos espaços urbanos a situação é esta, o que pensar então da acessibilidade nos espaços escolares? Será que a estrutura das escolas está adequada para receber um estudante com deficiência física (cadeirante)? Esta pergunta será respondida através da pesquisa realizada em um colégio da rede regular de ensino na cidade de Araguaína – TO. Revelar a opinião dos araguainenses acerca da acessibilidade arquitetônica da cidade de Araguaína-TO e suas escolas e diagnosticar o nível de acessibilidade arquitetônica que o Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes dispõe é objetivo principal da pesquisa. Para que este objetivo fosse alcançado foi realizado levantamento bibliográfico, aplicação de questionário e registro fotográfico do colégio. A pesquisa de campo deste trabalho está dividida em duas partes. A primeira procurou mostrar a opinião dos entrevistados a respeito da acessibilidade arquitetônica na cidade de Araguaína – TO e nas suas escolas, onde revelou que os entrevistados acreditam que dispõem de poucos recursos para promover acessibilidade aos deficientes físicos. Na segunda parte é tratada da estrutura arquitetônica do Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes, que revelou que tal instituição apresenta poucos recursos favoráveis para promoção da acessibilidade arquitetônica aos estudantes cadeirantes, mostrando que a instituição ainda necessita de muitas adequações importantes. E por fim foi apresentada uma reflexão sobre como despertar a consciência da necessidade de acessibilidade ao deficiente físico nas aulas de geografia.

Palavras chave: Acessibilidade arquitetônica, Deficiência Física, Araguaína – TO, Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes.

ABSTRACT

People who do not have any kind of physical disability can find barriers that hinder your access to some urban spaces and public or private buildings. For people with some kind of disability, these difficulties are more constant, since accessibility is not treated properly by the Government. In urban areas it is common to find barriers that offer some kind of danger or difficulty of access for both person dictates as “normal” as to the person with a disability. If in urban areas the situation is this, what to think of accessibility in school spaces? Does the structure of schools is suitable for receiving a student with a physical disability (wheelchair). This question will be answered through research carried out in a regular network of College teaching in Araguaína - TO. Reveal the opinion of araguainenses about the city’s architectural accessibility to Araguaína – TO and its schools and diagnose the architectural accessibility level that the State College Adolfo Bezerra de Menezes has is main goal of research. So that this goal was achieved was conducted bibliographic survey, questionnaires and photographic record of the College. Field research this work is divided into two parts. The first sought to show the opinion of the respondents regarding the architectural accessibility in the town of Araguaína-TO and in their schools, where they revealed that the respondents believe that have few resources to promote accessibility to disabled people. In the second part is treated in the architectural structure of the State College Adolfo Bezerra de Menezes, which revealed that such institution presents few resources for promotion of the architectural accessibility wheelchair accessible, showing students that the institution still requires many major adequacies. And finally a reflection on how to arouse the awareness of the need for accessibility to the handicapped in geography lessons.

Keywords: Architectural Accessibility, Physical Deficiency, Araguaína-TO, State College Adolfo Bezerra de Menezes.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADA	Associação dos Deficientes de Araguaína
AIPD	Ano Internacional da Pessoa com Deficiência
CMPD	Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência
EJA	Educação de Jovens e Adultos
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases Nacionais
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NBR	Normas Brasileiras
PCD	Pessoa Com Deficiência
PCN	Parâmetro Curricular Nacional
SIA	Símbolo Internacional de Acesso
UNESCO	Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Símbolo Internacional de Acesso (SIA).....	28
Figura 2- Calçada desnivelada.....	42
Figura 3- Calçada de paralelepípedo na	42
Figura 4- Obstáculo disposto na calçada	43
Figura 5- Entrada de estabelecimento comercial	44
Figura 6- Entrada de estabelecimento com acesso	44
Figura 7- Entrada de uma casa comercial com	45
Figura 8- Parte externa da entrada do Col. Est.	60
Figura 9- Corredor de entrada do Col. Est. Adolfo	60
Figura 10 - Corrimão em escadas e rampas de acordo	61
Figura 11- Corrimão em escadas e rampas de	61
Figura 12 - Barras de apoio em banheiros de acordo	62
Figura 13- Entrada do banheiro Feminino	63
Figura 14- Banheiros sem barras de apoio	63
Figura 15 - Largura das portas de acordo com ABNT	64
Figura 16- Portas das salas de aula.....	64
Figura 17- Inclinação de rampa e piso adequado	65
Figura 18- Acesso à biblioteca	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-Sexo dos entrevistados	35
Gráfico 2- Amostragem das pessoas com deficiência e sem deficiência	36
Gráfico 3- Grau de escolaridade dos pesquisados.....	38
Gráfico 4- Profissão dos pesquisados.....	39
Gráfico 5 - Avaliação por quantidade de pessoas do nível de adequação dos ambientes para PCD	46
Gráfico 6 - Respeito à Lei 10.098/2000 na visão dos pesquisados.....	48
Gráfico 7- Opinião dos entrevistados quanto a adequações das escolas	48
Gráfico 8 - Opinião dos entrevistados quanto à relação entre o grau de acessibilidade das escolas e quantitativo de alunos com deficiência.....	50
Gráfico 9 – Opinião dos entrevistados quanto os fatores que prejudicam a acessibilidade da PCD	53
Gráfico 10 - Acessibilidade é suficiente para aumentar assiduidade de PCD nas escolas de Araguaína – TO?.....	54

LISTA DE MAPAS

Mapa 1-Localização Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes.....	58
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1-Tempo de residência na cidade de Araguaína - TO.....	37
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. CAPÍTULO I: DEFICIÊNCIA FÍSICA E ACESSIBILIDADE: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PASSADO	17
1.1. O que é acessibilidade e deficiência?.....	17
1.2. A pessoa com deficiência na história do mundo.....	20
1.3. A pessoa com deficiência na história do Brasil e nos dias atuais	22
2. CAPÍTULO II: A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA ESCOLA	25
2.1. Acessibilidade arquitetônica como possibilidade de garantia ao direito à educação	25
2.2. Inacessibilidade: um caminho para a exclusão escolar	29
3. CAPÍTULO III: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: CONCEPÇÃO DOS ARAGUAINENSES	34
3.1. A respeito dos pesquisados.....	34
3.2. Acessibilidade arquitetônica da cidade de Araguaína – TO.....	40
3.3. Opiniões dos entrevistados sobre a acessibilidade nas escolas de Araguaína- TO	47
4. CAPÍTULO IIII: DIAGNÓSTICOS DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO, O CASO DO COL. EST. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES	57
4.1. Um pouco sobre o Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes.....	57
4.2. Da acessibilidade arquitetônica do Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes	59
5. CAPÍTULO X: COMO DESPERTAR A CONSCIÊNCIA SOBRE A NECESSIDADE DE ACESSIBILIDADE DO DEFICIENTE FÍSICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	

INTRODUÇÃO

Acessar o espaço urbano, prédios e estabelecimento públicos ou privados para uma pessoa dita como “normal” às vezes pode ser difícil, em virtude das muitas barreiras arquitetônicas encontradas por toda a cidade de Araguaína – TO. Mas o que dizer das pessoas com deficiência física ou com pouca mobilidade? Como elas fazem para ter “acesso” seguro dentro e fora das escolas? Será que as estruturas das escolas públicas de Araguaína – TO estão adequadas para receber um estudante nessas condições?

É notável que o processo de acessibilidade nesta cidade encontra-se ainda “engatinhando” e a passos lentos. Por isso é importante que se tenha uma atenção especial sobre este tema, principalmente quando o discorre no âmbito escolar, já que todas as atenções em relação à acessibilidade estão voltadas em sua maioria para o espaço urbano em geral.

As dificuldades de locomoção dos cadeirantes no ambiente escolar não são tratadas com a importância devida pelos gestores públicos, nem mesmo por boa parte da sociedade.

Em virtude disso, a presente pesquisa, tem o objetivo de revelar a opinião das pessoas acerca da acessibilidade na cidade de Araguaína – TO e também em suas escolas. Visa ainda estudar a estrutura arquitetônica do Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes levando em consideração as limitações físicas de um estudante cadeirante.

Este trabalho é uma pesquisa de campo básica qualitativa e exploratória desenvolvida através de levantamento bibliográfico, aplicação de questionário às pessoas, observações e registros fotográficos. Para aplicação do questionário selecionou-se como público alvo, as pessoas que moram na cidade de Araguaína – TO, por terem mais conhecimentos sobre os espaços da cidade assim como também das escolas. É importante salientar que no desenvolvimento deste trabalho, não foram usados os nomes dos entrevistados como forma de identificação das falas. Para isso usou-se as suas respectivas profissões.

A pesquisa de campo propriamente dita, foi dividida em duas partes: a primeira envolve a concepções das pessoas sobre acessibilidade em Araguaína –

TO e suas escolas e a segunda parte estuda o caso da acessibilidade no Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes.

No capítulo de número 01, foram trabalhados os conceitos do que seja deficiência física e acessibilidade. Este capítulo também procurou esclarecer como era tratada a pessoa com deficiência no passado, na história do mundo e na história do Brasil, até chegar aos dias atuais, com a exposição de algumas leis brasileiras que visam à garantia de direitos a essas pessoas.

O capítulo 02 discorre sobre a relevância da acessibilidade arquitetônica na escola. Nele, a acessibilidade arquitetônica, é tratada como possibilidade de garantia ao direito à educação, e ainda é feita uma reflexão de como a falta dessa acessibilidade arquitetônica nas escolas pode promover a exclusão escolar das pessoas com deficiência, ou ainda prejudicar seu desenvolvimento educacional.

A pesquisa de campo é apresentada neste trabalho nos capítulos 03 e 04.

No capítulo 03 é tratado da primeira parte da pesquisa de campo, onde inicialmente são apontadas algumas características das pessoas entrevistadas, como tempo de residência na cidade de Araguaína – TO, profissão, grau de escolaridade entre outros. É nesta sessão que é revelada a opinião das pessoas em relação à acessibilidade arquitetônica, da cidade de Araguaína – TO assim como as estruturas das escolas públicas de tal cidade.

As pessoas foram instigadas a responder algumas perguntas sobre a acessibilidade da cidade de Araguaína – TO e também de suas escolas. As perguntas foram elaboradas de forma que se pudessem obter respostas quantitativas, que auxiliaram na construção de gráficos e qualitativos, que mostraram de fato, a concepção dessas pessoas a cerca do tema.

O questionário era composto por perguntas abertas e fechadas, e com ele se perguntou as pessoas, se a lei N^o 10.098/2000, (Lei da Acessibilidade) esta sendo respeitada na cidade de Araguaína – TO; foi questionado a essas pessoas se as estruturas das escolas públicas da cidade estão adequadas para receber alunos com deficiência física (cadeirantes) e se a falta de acessibilidade está relacionada ao baixo número de estudantes com deficiência física nas escolas públicas da cidade.

Pediu-se ainda que as pessoas apontassem os fatores que mais têm prejudicado a acessibilidade das pessoas com deficiência física aos órgãos públicos em especial às escolas e aos serviços por eles ofertados na cidade de Araguaína – TO. Essas pessoas foram questionadas se a acessibilidade apenas na estrutura

interna das escolas é o suficiente para aumentar a assiduidade de deficientes físicos nas instituições educacionais.

Foi solicitado no questionário que as pessoas, avaliassem o nível de adequação dos itens como: escola pública, ruas, atendimento dos órgãos públicos, meios de transporte da cidade de Araguaína – TO e pediu-se ainda que eles opinassem sobre o que é preciso fazer para que as pessoas com deficiência tenham acessibilidade nas dependências das escolas públicas de Araguaína – TO.

Na segunda parte da pesquisa, capítulo 04, é feito um diagnóstico sobre a acessibilidade arquitetônica do Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes, buscando revelar suas barreiras arquitetônicas. Procurou-se mostrar se o colégio oferece acessibilidade arquitetônica aos estudantes com deficiência física (cadeirante), e se de fato, o acesso é seguro a todos os espaços físicos dessa instituição.

As fotografias procuraram mostrar os espaços acessíveis, e os que ainda faltam se adequar às Normas Brasileiras NBR 9050/2004 para que o colégio promova a utilização de seus espaços a todos, respeitando assim, a diversidade humana.

A reprodução da realidade deste colégio teve intensão de apontar os níveis de adequação da estrutura arquitetônica do colégio. E ainda avaliar o acesso à entrada do colégio, a existência de corrimão nas rampas e escadas, a existência de barras de apoio nos banheiros, analisar a largura das portas das salas de aula, e estudar a qualidade do piso.

No capítulo 05 é feita uma ponte entre o tema abordado e o ensino aprendizagem da disciplina de geografia. Neste capítulo a intenção é provocar o leitor (professor) a refletir como despertar a consciência sobre a necessidade de estudar o tema da acessibilidade ao deficiente físico, no ensino de geografia e para isso usou-se referencial teórico principal o Parâmetros Curriculares Nacionais de Geografia - PCN.

1. CAPÍTULO I: DEFICIÊNCIA FÍSICA E ACESSIBILIDADE: A PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO PASSADO

1.1. O que é acessibilidade e deficiência?

Com a evolução dos tempos, os conceitos de deficiência física e acessibilidade tornou-se cada vez mais comum no seio da sociedade, o que não significa que sejam termos praticados efetivamente. Quando se fala em acessibilidade e deficiência, logo vem à cabeça rampas, barras de apoio, piso plano, cadeira de rodas, pessoa cega, bengala entre outros. Entretanto, compreender o que seja acessibilidade e deficiência é estar aberto a um leque de informações que muitas vezes não são comuns a muitas pessoas “normais”.

Como ponto de partida para este trabalho, presume-se essencial estabelecer uma relação direta com os conceitos do que seja acessibilidade e deficiência. E para este objetivo, considerou-se importante utilizar a legislação brasileira e alguns autores como Oliveira e Pereira (2011) e Dischinger e Machado (2006).

Em busca de evidenciar o conceito do termo deficiência, ou melhor, pessoa com deficiência a Lei Federal nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 (BRASIL, 2015) que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu artigo 2º define:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, p. 1).

Com base neste conceito de pessoa com deficiência (PCD) estipulada pela lei acima, é possível compreender que a deficiência é uma restrição ou limitação da capacidade de exercer funções sociais diárias que pode ter gravidade elevada através das barreiras ambientais.

Da mesma maneira, Mazzotta (1982) esclarece que, pessoa deficiente é aquela que apresenta algum dano corporal, comportamental ou funcional, enquadrando-se fora dos padrões normais aceitos pela sociedade.

Definir um ser humano como deficiente é uma tarefa visualmente simples, porém árdua, na questão humana, pois a deficiência pode ser considerada uma manifestação da diversidade humana, que muitas vezes não são aceitas pela

sociedade que visa sempre à homogeneidade seja de identidade de gênero, religião ou condição física.

Para definir acessibilidade, Lei nº 10.098/2000 (BRASIL, 2000), criada para estabelecer normas em função de promover acessibilidade aos portadores de deficiência física ou com mobilidade reduzida, afirma em seu artigo 2º inciso I que acessibilidade, é:

I – Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Por intermédio desta lei citada acima é possível fazer uma definição condensada de acessibilidade sendo assim, o direito à liberdade de locomoção em segurança e com autonomia. É a permissão do direito de ir e vir, sem que nenhum tipo de barreira, arquitetônica ou de outra especificidade, seja capaz de impedir a liberdade e a inclusão social do deficiente. Ainda sobre o viés de definição do termo acessibilidade Oliveira e Pereira (2011) contribuem, para aprofundar o conceito expondo que:

A acessibilidade é mais que apenas construir rampas, embora seja um passo fundamental para a sua efetivação. Acessibilidade é uma visão ampla da liberdade humana em sua essência diz respeito: à educação, ao lazer, ao esporte, ao trabalho, à cultura, à informação, englobando o ser humano como um todo dentro do espaço urbano, dando possibilidade de qualquer indivíduo sentir-se satisfeito ao estar inserido na sociedade (OLIVEIRA e PEREIRA, 2011, p.182).

“Hoje a acessibilidade não mais se restringe ao espaço físico, à dimensão arquitetônica” (SASSAKI, 1997). Ser acessível não se refere apenas a barreiras arquitetônicas, afinal, para que se haja a concretização da acessibilidade é fundamental que se dê atenção especial às suas subdivisões; a) acessibilidade arquitetônica; b) acessibilidade comunicacional; c) acessibilidade metodológica; d) acessibilidade instrumental; e) acessibilidade programática; f) acessibilidade atitudinal. Para Dischinger e Machado (2006), elas são definidas como:

- Acessibilidade arquitetônica, sem barreiras ambientais físicas em todos os recintos internos e externos da escola e nos transportes coletivos.

- Acessibilidade comunicacional, sem barreiras na comunicação interpessoal (face-face, língua de sinais, linguagem corporal linguagem gestual, etc.), na comunicação escrita... E na comunicação virtual (acessibilidade digital).
- Acessibilidade metodológica, sem barreiras nos métodos e técnicas de estudo (adaptações curriculares, aulas baseadas nas inteligências múltiplas, uso de todos os estilos de aprendizagem, participação de todos de cada aluno, novo conceito de avaliação de aprendizagem, novo conceito de educação, novo conceito de didática), de ação comunitária (metodologia social, cultural, artística etc. baseada em participação ativa) e de educação dos filhos (novos métodos e técnicas nas relações familiares etc.).
- Acessibilidade instrumental, sem barreiras nos instrumentos e utensílios de estudo (lápiz, caneta, régua, teclado do computador, materiais pedagógicos), de atividade da vida diária..., esporte e recreação (dispositivos que atendam às limitações sensoriais, físicas e mentais, etc.).
- Acessibilidade programática, sem barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas..., em regulamentos... E em normas de um modo geral.
- Acessibilidade atitudinal, por meio de programas e práticas de sensibilização e de conscientização das pessoas em geral e da convivência na diversidade humana resultando em quebra de preconceito estigmas, estereótipos e discriminações (DISCHINGER, MACHADO, 2006, p.105).

Deste modo, é oportuno destacar a importância dos ambientes acessíveis para a pessoa com deficiência, e refletir também que deficiente não é a pessoa, mas sim a sociedade que até então, não se adaptou para promover a inclusão de todos.

Diante das adversidades impostas pela sociedade em geral, percebe-se que a inclusão social da pessoa com deficiência, é um desafio a ser alcançado, onde sua ascensão está caminhando lentamente, ocasionando a violação dos direitos dessas pessoas.

Compreender as definições de acessibilidade e de pessoa com deficiência, não basta para que se tenha uma sociedade de direitos e deveres igualitários, uma vez que são percebidos os interesses divergentes entre a grande massa “normal” e os portadores de deficiência.

A sociedade precisa se convencer que o ser humano tem direito e deveres iguais que independem de suas condições sejam elas físicas, mentais, sociais e econômicas. Cada indivíduo integrante da sociedade deve primar pelo respeito dos direitos do seu próximo. “Onde há sociedade humana, há direito. (...). Seu respeito cabe a todos em geral e a cada um em particular” (CARNEIRO, 2008, p.45).

1.2. A pessoa com deficiência na história do mundo

Sempre existiram na história da humanidade, pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela congênita, desde o nascimento, ou adquirida, que é contraída em outra fase da vida.

Para Silva (1987), o trajeto histórico da pessoa com deficiência ao longo do tempo é marcada por discriminação, marginalização, e barbárie e tais pessoas era rotuladas de anormais, incapazes e às vezes eram tidas como pessoas possuídas por entidade malignas. Durante a história antiga, as pessoas com deficiência só tinham dois destinos, a rejeição da sociedade ou a morte.

Nas cidades, como Roma Antiga e Esparta tanto os nobres como os plebeus tinham permissão para sacrificar os filhos que nasciam com algum tipo de deficiência. Os bebês com deficiência podiam ser lançados ao mar ou em precipícios ou ainda abandonados nas margens dos rios ou locais sagrados onde poderiam ser resgatados por plebeus e usados como objeto de comércio como diz Silva, (1987):

[...] cegos, surdos, deficientes mentais, deficientes físicos e outros tipos de pessoas nascidos com má formação eram também, de quando em quando, ligados a casas comerciais, tavernas e bordéis; bem como a atividades dos circos romanos, para serviços simples e às vezes humilhantes (SILVA, 1987, p. 130).

As pessoas com qualquer tipo de anomalia física na Idade Média, período compreendido entre os séculos V e XV, tinham poucas oportunidades de sobrevivência, porque nessa época, a compreensão da sociedade era de que “essas pessoas possuíam poderes especiais, oriundos dos demônios, bruxas e/ou duendes malignos” (CARMO, 1991, p. 24).

Na Idade Média, as pessoas que nasciam com qualquer tipo de deformação física, fora do padrão da “normalidade”, eram consideradas frutos da ira divina. A Igreja considerava a má formação como um castigo divino e a partir disto, adotavam a prática da perseguição, discriminação, torturas e mortes.

Do século XV ao século XVII ocorreu uma mudança social e cultural que evidenciou o reconhecimento do valor humano, o avanço da ciência e a libertação das crendices da Idade Média e deu início então, a valorização da pessoa com deficiência enquanto seres humanos. Para Silva (1987),essa mudança:

[...] alteraria a vida do homem menos privilegiado também, ou seja, a imensa legião de pobres, dos enfermos, enfim, dos marginalizados. E dentre eles, sempre e sem sombra de dúvidas, os portadores de problemas físicos, sensoriais ou mentais (SILVA, 1987, p. 226).

Mesmo com essas mudanças, assim como nos dias de hoje, ainda havia práticas discriminatórias, pois as pessoas que tinham algum tipo de deficiência ainda eram impedidas pela Igreja Católica de ingressar ao sacerdócio. É apenas no século XIX, que a sociedade percebeu que as pessoas com deficiência necessitavam de abrigos e atenção especializada, onde se iniciaram então os estudos dos problemas de cada deficiência.

No século XX, o avanço das tecnologias apontaram muitas opções de ajudas técnicas e equipamentos assistidos para as pessoas com deficiência. Muitas dessas pessoas eram sobreviventes amputados das guerras e os países viram a necessidade de uma atenção especial a esses veteranos de guerra ganhando uma importante relevância política também internacionalmente, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU).

O ano de 1980 com precisão, no ano de 1981, conceituado pelas ONU, Organizações das Nações Unidas, o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência (AIPD) foi marcado por chamar atenção da sociedade para questão dos deficientes e por mostrar às pessoas os perigos das barreiras arquitetônicas, pois eles viram que “Todas as barreiras que impeçam a igualdade de oportunidade devem ser removidas” (DECLARAÇÃO DE CAVE HILL, 1983).

Se até aqui a pessoa com deficiência ‘caminhou em silêncio’, excluída ou segregada em entidades, a partir de 1981 – Ano Internacional da Pessoa Deficiente –, tomando consciência de si, passou a se organizar politicamente. E, como consequência, a ser notada na sociedade, atingindo significativas conquistas em pouco mais de 25 anos de militância (FIGUEIRA, 2008, p. 115).

Observa-se então, que a partir deste momento a sociedade procura um tratamento humanizado para essas pessoas, embora permaneçam ainda sendo excluída por essa mesma sociedade. E nos anos 1990, com o surgimento mais evidente do conceito de Desenho Universal¹, vários países se viram preocupados

¹ Desenho universal, de acordo com ABNT NBR 9050, é o desenho que visa atender a maior variação de características antropométricas e sensoriais da população.

com a questão dos direitos fundamentais dos deficientes como ser humano, entre eles o direito da igualdade.

1.3. A pessoa com deficiência na história do Brasil e nos dias atuais

Assim como na história do mundo, a pessoa com deficiência na história no Brasil traz consigo muitas marcas de rejeição oriundas das construções de culturas que podem ser vistas até nos dias de hoje. Sobre isso Figueira (2008) afirma que:

[...] as questões que envolvem as pessoas com deficiência no Brasil – por exemplo, mecanismos de exclusão, políticas de assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras foram construídas culturalmente (FIGUEIRA, 2008, p.17).

Historicamente, no Brasil a prática de rejeição, exclusão e barbáries contra as pessoas com deficiências, eram mais evidentes entre os povos indígenas, e escravos que eram maltratados, e às vezes amputados como forma de punição às tentativas de fugas. Como consequência disso, eles adquiriam deficiências físicas ao longo da vida.

De acordo com Figueira (2008) a criança indígena que nascia fora dos padrões “normais” ou com alguma deformidade física era eliminada, sacrificada, isso por que os povos indígenas acreditavam que essas crianças traziam consigo uma maldição, e, além disso, o fato delas não terem a robustez de uma criança “normal” não poderia participar de caças para sua sobrevivência. Figueira (2008), fundamenta essa ideia dizendo que:

[...] um sujeito com algum tipo de deficiência, na visão pré-concebida de sua tribo, nunca seria um bom caçador, não poderia ir para o campo de batalha, não era digno de uma esposa, nem de gerar novos e bons guerreiros. [...] Surgia o seguinte mecanismo em um círculo vicioso: o preconceito gera um estereótipo, que cristaliza o preconceito, fortalecendo o estereótipo, que atualiza o preconceito. E, nesse círculo vicioso, levado ao infinito, surge o estigma (marca, sinal), colaborando com essa perpetuação (FIGUEIRA, 2008, p. 26).

No período da escravidão, muitos negros que se encontravam com algum tipo de deficiência, rapidamente eram identificados como escravos fugitivos, pois em suas tentativas de fugas, muitos eram severamente punidos com mutilações físicas e amputações de membros. De acordo com Figueira (2008) o rei D. João V, em

alvará de 03 de março de 1741, define expressamente legal a amputação de membros como castigo aos negros fugitivos que fossem capturados (Figueira, 2008 apud Garcia e Maia, 2012, p. 07).

Sobre as punições aos escravos fugitivos, Garcia e Maia (2012) afirma que:

Uma variedade de punições, do açoite à mutilação, era previstas em leis e contavam com a permissão (e muitas vezes anuência) da Igreja Católica. Talvez o número de escravos com deficiência só não tenha sido maior porque tal condição representava prejuízo para o seu proprietário, que não podia mais contar com aquela mão-de-obra. (GARCIA, MAIA 2012 p 07).

É importante evidenciar que na comunidade indígena as credences associadas às pessoas com qualquer tipo de deficiência continuaram a se reproduzir ao longo da história brasileira, assim como entre os “negros feiticeiros”, que também acreditavam que essas pessoas eram obras de castigos, punições divinas e maldições (Garcia, Maia, 2012, p. 07).

Apesar de toda a rejeição e marginalização que as pessoas com deficiência sofreram, provocados pela sociedade “ignorante” de séculos passados tanto no mundo como no Brasil, é apenas no século XX, que a desmitificação e valorização delas como seres humanos e evolução dos seus direitos começaram a aparecer. Este, no entanto, foi um processo muito lento e sobre isso Figueira (2008, p.43), aponta:

A pessoa com deficiência começa a tomar consciência de si como cidadão, a partir de 1981, foi nos anos 80 onde existiu no Brasil um amplo movimento de conscientização popular sobre a verdadeira imagem da pessoa com deficiência, movimento. Em 1992, foi criado o documento intitulado ‘Programa de Ações Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência’ que, em seu parágrafo 27, traça o que a sociedade deve esperar de uma pessoa com deficiência e como deve ser a sua imagem: ‘Das Pessoas com Deficiência deve-se esperar que desempenhassem seu papel na sociedade e cumpram suas obrigações como adultos. A imagem das pessoas com deficiência depende de atitudes sociais baseadas em fatores diferentes, que podem constituir a maior barreira à participação e à igualdade. Deveríamos ver a deficiência pela bengala branca, as muletas, os aparelhos auditivos e as cadeiras de rodas, mas não pela pessoa. É necessário centrar sobre a capacidade das pessoas com deficiência e não em suas limitações’ (FIGUEIRA, 2008, p. 43).

No Brasil os direitos legais dos deficientes só vieram de fato, a partir da Constituição Federal de 1988, onde o Estado se tornou o responsável por assegurar e promover a equidade entre a população e garantir a todas as pessoas, inclusive

aquelas com deficiência, o direito a educação, saúde, trabalho, lazer entre outros. Figueira (2008) afirma que até então, as pessoas que tinham algum tipo de deficiência ainda eram amparada apenas pelo assistencialismo e cuidados de seus familiares.

É também a partir da Constituição Federal de 1988 que surgiram leis, decretos e instruções normativas específicas, com propósitos de possibilitar a pessoa com deficiência uma vida social inclusiva e igualitária. Tem-se como exemplo:

a) Lei Federal nº 7.853 de Outubro de 1989 (BRASIL, 1989) que estabelece normas para a Pessoa Portadora de Deficiência exercer seu papel de cidadão, especifica o dever do poder público e define crimes entre outros;

b) Lei Federal nº 8.742 de 07 de Dezembro de 1993 (BRASIL, 1993) que trata sobre a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e estabelece os critérios para o benefício da prestação continuada (1 salário mínimo a deficientes e idosos acima de 70 anos);

c) Lei Federal nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1.996(BRASIL, 1996) que dispõe sobre a Lei de Diretrizes e Base Nacional (LDBEN) com a manutenção da divisão do sistema de ensino em regular e especial;

d) Decreto Federal nº 3.298 de 20 de Dezembro de 1.999 regulamentadora da Lei nº 7.853/89(BRASIL, 1989) que consolida as normas de proteção entre outras da Pessoa Portadora de Deficiência com a Política Nacional para Integração;

e) Lei Federal nº 10.098 de 19 de Dezembro de 2000(BRASIL, 2000) conhecida como “lei da acessibilidade”, que estabelece padrões mínimos de acesso conforme requisitos definidos pelas normas brasileiras, NBR 9050/94;

f) Lei Federal nº 13.146 de 06 de Julho de 2015 (BRASIL, 2015) que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência com o objetivo de promover condições igualitárias e os direitos a liberdade, cidadania e inclusão social da pessoa com deficiência.

Como pode ser visto a pessoa com deficiência no Brasil, hoje é amparada legalmente por inúmeras leis, no entanto, ainda são comuns algumas práticas do passado como a sua inserção no rótulo de “coitadinhos” e incapazes ou marginalização, hoje, maquiada na forma da exclusão social.

2. CAPÍTULO II: A RELEVÂNCIA DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA NA ESCOLA

2.1. Acessibilidade arquitetônica como possibilidade de garantia ao direito à educação

A acessibilidade para uma pessoa com deficiência é essencial para promover a ele um cotidiano com mais autonomia, já para uma pessoa “normal” esse termo não é tão relevante. As pessoas sem nenhum tipo de deficiência podem localizar e desviar-se dos obstáculos com facilidade, mas e as pessoas com deficiências? Será que a facilidade de locomoção é a mesma na sociedade onde os direitos devem ser iguais? E na esfera educacional, onde a escola tem papel fundamental na formação do cidadão, será que ela está preparada para receber um estudante com deficiência e promover sua livre locomoção no ambiente escolar sem oferecer nenhum perigo?

No que tange o Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) em seu artigo 28º incisos I e II declara:

Incube ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II – Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem; por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena (BRASIL, 2015, p.7).

A lei supracitada afirma ainda em seu inciso XVI que:

Acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e as atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino (BRASIL, 2015, p.8).

Até então, revelou-se que as leis, oferecem ao cidadão o direito à “liberdade de locomoção”, no entanto, a garantia do direito de ir e vir do deficiente físico não é respeitado nem pela população nem pelo poder público. O ideal seria se todas essas leis fossem cumpridas, mas infelizmente o Brasil, com “status” de país em desenvolvimento, ainda precisa de muitas mudanças para que o desenvolvimento de fato começa a aparecer.

As barreiras arquitetônicas encontradas nas escolas públicas do sistema regular de ensino do Brasil, ainda são muitas. Esse é um dos fatores que têm contribuído para o baixo número de estudante com deficiências nas escolas ou até mesmo exclusão deles. Dessa forma, Shimono (2008) afirma que “a falta de acessibilidade tem excluído muitas deficiências abrindo o caminho de novas discriminações”.

No intuito de entender melhor a problemática, neste trabalho será levada em consideração a acessibilidade do estudante cadeirante no ambiente escolar.

Para o estudante com deficiência física, adentrar no ambiente escolar deveria ser algo natural e fácil, assim como é para os demais estudantes, mas não é o que de fato acontece. Até hoje há inúmeras escolas que não se adaptaram aos regulamentos legais, que garantem a acessibilidade física ao estudante que é deficiente. Ainda existem muitas barreiras arquitetônicas que dificultam o acesso nas escolas, para esses estudantes. Essa situação precisa mudar, e para que isso ocorra é necessário engajamento de todos os poderes sociopolíticos e educacionais. É necessária também, uma “pressão” da comunidade. É preciso mudar a escola. “Mudar a escola é enfrentar uma tarefa que exige trabalho de muitas frentes” (Carneiro, 2008, p. 148).

A educação é direito de todos e deve ser garantido pelo Estado, mas infelizmente a escola não está acessível a todos, muito menos para o deficiente, embora a Declaração de Salamanca de Princípios, Política e Prática para as Necessidades Educativas Especiais (1994) determina:

As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares que a elas devem adequar através de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro dessas necessidades (UNESCO, 1994).

O deficiente físico convive com muitas dificuldades de locomoção em ambientes urbanos, prédios públicos ou privados e em vários outros tipos de ambiente, em função disso a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) realiza a normatização de ambientes para torná-lo acessível a todos. Esta associação trata de padronizar técnicas em nosso país, sendo peça fundamental também para normatizar o ambiente escolar, a fim de torná-lo satisfatório ao uso

coletivo como determina a Norma Brasileira NBR 9050/94 que trata da acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

A efetividade dessas normas técnicas é indispensável em qualquer ambiente seja público ou privado, essencialmente nas escolas, que é ambiente de aprendizagem. Entretanto, poucas são as escolas que disponibilizam meios que tornem o seu ambiente um local seguro para todos se locomoverem.

Sabe-se que as barreiras arquitetônicas são empecilhos para muitos deficientes físicos até mesmo nas escolas, seja ela pública ou particular.

Um recinto escolar adequado é essencial para garantir a inclusão por meio da acessibilidade ao deficiente físico cadeirante. Desse modo, Carneiro (2008) afirma que:

De fato, o que tem ocorrido historicamente é que a própria escola regular tem sido deficiente e deficitária em seu formato organizacional em decorrência de uma concepção equivocada de aluno de perfil único (CARNEIRO, 2008, p. 81).

As unidades escolares têm o dever de disponibilizar ao usuário, acessibilidade arquitetônica em seu ambiente. Nesse sentido, Brasil (2004) estabelece que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, público ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos [acessibilidade arquitetônica] para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários (BRASIL, 2004).

De acordo com Sousa e Tavares (2010) as escolas brasileiras já deveriam estar capacitadas para a inclusão do estudante com deficiência e que a fase de adaptação já deveria ter sido superada, no entanto isso ainda não aconteceu por que as crianças que necessitam dessas adaptações representam uma minoria dentro das escolas. Sobre o estudante com deficiência motora, Sousa e Tavares (2010) aponta a importância da adaptação da escola para atender as suas necessidades afirmando que:

Para um aluno que apresenta seqüela motora ter acesso a rede regular de ensino é necessário transporte para a escola, se a família não tiver condução própria e ele não puder andar de ônibus, equipamento que necessite para frequentar as aulas, como uma cadeira de rodas; eliminação barreiras arquitetônicas [...]. Para que os alunos tenham acesso á rede regular de ensino é imprescindível a compreensão concreta dos alunos que

apresentam sequelas motoras. Não há possibilidade desse aluno frequentar uma sala de aula sem que sejam atendidas à essas necessidades, que não são especiais e fazem parte da luta pelo seu acesso e pela permanência (Sousa, Tavares, 2010, p.7).

Todos os ambientes, inclusive os escolares que estejam em conformidade com as normas da ABNT, devem ser identificados. A ABNT (NBR 9050/2004, p. 20) destaca que “Para os sanitários acessíveis, deve ser acrescido, para cada situação, o símbolo internacional de acesso [SIA]”. O Símbolo Internacional de Acesso (SIA) tem o objetivo de identificar a existência de acessibilidade na edificação, mobiliário, espaço ou equipamento a ser utilizado pelas pessoas. O SIA é representado por um desenho figurativo branco com fundo azul ou preto com fundo branco e vice versa de acordo com a figura 01.

Figura 1-Símbolo Internacional de Acesso (SIA)



Fonte: NBR 9050/2004

Ainda de acordo com as normas regulamentadoras da ABNT, os pisos também devem ter e ser acessíveis à utilização, sem risco para acidentes de qualquer pessoa, “os pisos devem ser regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê)” (NBR 9050/2004, p. 39).

Nessa perspectiva, pensar numa escola com alto nível de acessibilidade é um pouco ousado para a sociedade a qual estamos incluídos. E diante de todas as normas e leis que regulam o ambiente de ensino, nota-se que todos os requisitos jurídicos não estão sendo cumpridos e ainda menos fiscalizados pelos órgãos competentes. É preciso garantir a aplicabilidade das leis e demonstrar ao seu corpo discente que a sociedade que se almeja pode sim começar pela escola. Para que

isso ocorra é necessário que haja mudança no viés social, político e cultural. O Brasil necessita evoluir nas questões sobre igualdade, inclusão social e acessibilidade.

Contribuindo para essa informação, Lopes *et al* (2006, p. 2) diz:

Sabe-se que é difícil ter um padrão muito correto em todos os locais de acesso da população, e ainda estamos longe de poder favorecer a todos os direitos de ir e vir, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência seja ela de qualquer natureza. Neste quadro encontramos uma situação bastante agravante quando reduzimos esta busca pelo acesso às escolas e quando tratamos de crianças que são ainda mais excluídas. Pode-se observar que em escolas públicas este acesso é ainda mais deficitário e está longe de uma solução (LOPES *et al.*, 2006, p. 2).

Para confirmação de pensamento de Lopes *et al.* (2006) basta observar o número ínfimo de alunos com deficiência nas escolas públicas. É necessário fazer uma reflexão sobre a razão do baixo número desses estudantes nas escolas, e tentar entender se a causa pode ter relação com a falta de acessibilidade na estrutura física escolar.

2.2. Inacessibilidade: um caminho para a exclusão escolar

Em sua maioria, as instituições escolares foram construídas sem levar em conta as pessoas com deficiência, isso porque a maioria delas são construções primitivas e até então, o direito de acessibilidade a essas pessoas não era legalizado, em função disso, “é preciso adequar os espaços das escolas já construídas e orientar os novos projetos escolares com base em desenhos acessíveis” (MACHADO, 2007, p.108).

Assegurar o direito da acessibilidade arquitetônica no ambiente escolar é fundamental para a garantia da inclusão do deficiente físico nas dependências das escolas, sem contar que o desenvolvimento das relações sociais, que se dá nas escolas beneficia e acaba refletindo em toda a sociedade. Para Machado (2007):

A acessibilidade arquitetônica se faz mediante uma análise das condições do ambiente, numa parceria constante entre profissionais da educação e profissionais da arquitetura e engenharia dentro de uma perspectiva ampla de inclusão (MACHADO, 2007, p.105).

Com isso, Machado (2007) reforça que a efetividade da acessibilidade para inclusão escolar dos estudantes com deficiência física deve ser uma junção de

forças de todos os envolvidos, a escola e os profissionais da construção. E esse processo vai além, somente dessa relação, uma vez que muitos profissionais da arquitetura e engenharia ainda não estão atentos às necessidades da pessoa com deficiência física.

De acordo com Gil (2006) “o ambiente pode piorar a forma de funcionamento de uma pessoa”, e para exemplificar isso, a autora usa o espaço de um restaurante, afirmando o seguinte:

Um restaurante com muitas mesas e pouco espaço de circulação entre elas exige que o garçom seja um malabarista, para equilibrar pratos e copos e que os clientes sejam ágeis e flexíveis para chegar aos seus lugares. Se forem idosos, ou grávidas ou obesos, ou simplesmente distraídos, a probabilidade de acidente é alta (GIL, 2006, p.2).

Para Gil (2006), esta mesma situação que passa as pessoas deste restaurante é o mesmo que acontece com a pessoa com deficiência. A autora reforça que:

[...] se o ambiente não oferece condições adequadas de acessibilidade, elas ficam em situação de desvantagem e sua condição de funcionamento (surdez, cegueira ou outra) se agrava ou até mesmo fica inviabilizada (GIL, 2006, p.2).

Ao relacionar a ideia de Gil (2006) às instituições educacionais sem acessibilidade, pode-se pressupor que o estudante com deficiência, possa ter o seu desenvolvimento educacional afetado, uma vez que ele encontra-se em situação de desvantagens aos demais estudantes.

O estudante com deficiência motora que estuda numa escola com padrões de acessibilidade, terá livre acesso sem muitas dificuldades e com autonomia, para entrar na biblioteca, nas salas de aulas, nos banheiros, e transitar livremente pelos corredores da escola. Para este estudante o ambiente escolar não será obstáculo para que ele desenvolva suas atividades diárias. Agora imagine esse mesmo estudante com deficiência motora numa escola onde a acessibilidade não atende as suas necessidades de locomoção. Muito provável que este estudante tenha sua locomoção limitada. Ele poderá não conseguir acessar todos os ambientes, como bibliotecas, banheiros, algumas salas de aula. Às vezes até podem acessar, porém com maior dificuldade e correndo riscos, tornando-o dependente de alguém e fazendo da escola um obstáculo para que ele realize suas atividades. Esse tipo de

escola dificulta o desempenho educacional do estudante e pode provocar também a desistência dos estudos por parte do estudante promovendo assim sua exclusão escolar.

A escola não pode promover de forma alguma, artifícios que incubam na exclusão escolar de qualquer que seja o estudante, “[...] as dificuldades encontradas no cotidiano escolar não devem ser motivo de exclusão dos alunos com comprometimentos físicos” (BERSCH, 2007, p.129).

Para Ribeiro (2011) em seu artigo publicado na revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, na Bahia;

[...] o conceito de acessibilidade foi sendo modificado e ampliado. Mas é conveniente lembrar que os avanços são mais visíveis nas leis do que nos espaços escolares, pois há uma grande distância entre a legislação e a realidade brasileira. Sendo assim, as ações ainda são muito incipientes, sobretudo no contexto educacional, público ou privado, embora as últimas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (4.024/61; 5.692/71; 9.394/96) já contemplassem dispositivos legais orientando a matrícula de com deficiência no ensino regular. Outras Leis reforçam isso, a exemplo da Lei 7.853/89, art. 8º, que preceitua: é crime punível, com reclusão de 1 a 4 anos e, também com multa, a escola pública ou particular que recusar suspender, cancelar, sem justa causa, a matrícula de alunos por motivos derivados de sua deficiência (RIBEIRO, 2011, p.82).

Para o autor, há muitas leis que garantem os direitos da acessibilidade às pessoas, porém nos ambientes escolares a realidade é bem diferente do que a lei garante. Para ele os espaços escolares no Brasil estão longe de ser o que é estipulado pelas várias leis que existem no país. As ações para a garantia da efetividade das leis são ainda iniciais, principalmente no enquadramento da educação.

Ainda na perspectiva de Ribeiro (2011):

Do ponto de vista legal, o acesso desses alunos, bastante enfatizado na LDB vigente, está assegurado há mais de uma década. Entretanto, isso não acontece de fato, porque as condições de acessibilidade urbanas e no interior das escolas não são efetivadas. Isso se traduz no ínfimo número de alunos com deficiência matriculados na rede regular, embora esse percentual venha aumentando, e também no elevado índice de “evasão”, ou melhor, de expulsão, conforme nos esclarece Arroyo (2003), os responsáveis pelas políticas de educação criaram o termo “evasão escolar,” que responsabiliza o aluno ou a família pelo abandono da escola e isenta a escola de qualquer responsabilidade. Sabemos que a maioria dos alunos com deficiência que abandona a escola, o faz devido às condições de inacessibilidade presentes na escola. (RIBEIRO, 2011, p.82).

Ainda de acordo com Ribeiro (2011), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) destaca que seja garantido o acesso de todos os alunos no ambiente escolar. No entanto, isso não está sendo assegurado, por que a escola não oferece recursos inclusive o da acessibilidade, para que os alunos com deficiência física continuem ou se matriculem nas escolas. Para Ribeiro (2011) esse pode ser o motivo do baixo número de alunos com deficiência física nas dependências escolares.

Ribeiro (2011) usa o autor Arroyo (2003) para ir além, esclarecendo que o termo “evasão escolar” foi criado para culpar a família e o aluno pelo seu abandono da escolar, tirando da própria escola o compromisso de mantê-los em seu ambiente. O termo correto a ser usado de acordo com os autores acima, é “expulsão” isso porque as escolas não têm atendido as necessidades do estudante com deficiência acabando por “expulsá-los” de suas dependências, não acessíveis a todos.

As legislações que asseguram os direitos sobre acessibilidade no espaço físico das escolas ainda são ignorados por muitos profissionais da gestão escolar, e isso afeta a inclusão dos deficientes físicos nessas instituições educacionais. Sobre isso Ribeiro (2011) reforça a ideia dizendo que:

[...] a maioria dos gestores e demais profissionais da escola desconhecem a legislação sobre acessibilidade. Entendemos que esse fato traz sérias implicações para a construção de uma educação/escola inclusiva (RIBEIRO, 2011, p.82).

Cada vez mais é percebido que a falta de acessibilidade é um dos principais fatores para a exclusão escolar dos alunos com deficiência física. Por isso a acessibilidade é imprescindível para manter esses alunos nas dependências escolares. É importante ressaltar a importância de que não basta o aluno permanecer fisicamente na escola, é preciso que ele faça parte dela se envolvendo em todas as atividades e o papel da escola é garantir os meios para que haja essa participação mútua. Todo esse processo faz parte também da aprendizagem do estudante onde o espaço físico colabora para o melhor aproveitamento do aluno como fundamenta Zabala (1998), expondo que:

Para aprender é indispensável que haja um clima e um ambiente adequados, constituídos por um marco de relações em que predominem a aceitação, a confiança, o respeito mútuo e a sinceridade. A aprendizagem é potencializada quando convergem as condições que estimulam o trabalho e o esforço. É preciso criar um ambiente seguro e ordenado, que ofereça a todos os alunos a oportunidade de participar, num clima com multiplicidade

de interações que promovam a cooperação e a coesão do grupo. Interações essas presididas pelo afeto, que contemple a possibilidade de se enganar e realizar as modificações oportunas (ZABALA 1998, p. 100).

Mesmo que a acessibilidade contribua de forma relevante para permanência e aprendizagem do estudante com deficiência física no ambiente escolar, nota-se que este tema ainda não é significativo para alguns profissionais da gestão escolar nem mesmo para os responsáveis das políticas da educação inclusiva. Este tema é tratado por muitos deles, como algo banal e isso se traduz na exclusão escolar desses alunos que precisam de uma arquitetura escolar adaptada às suas necessidades para que ele possa se sentir realmente inserido na escola e participe das práticas escolares juntamente com os demais alunos ditos “normais”.

3. CAPÍTULO III: ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA: CONCEPÇÃO DOS ARAGUAINENSES

3.1. A respeito dos pesquisados

Analisar as concepções da comunidade, aqui representada por cidadãos deficientes físicos e “normais” é importante para a compreensão da pergunta que permeia esta pesquisa. Há relação entre a falta de acessibilidade e a pequena quantidade de alunos com deficiência nas escolas públicas?

Para que fosse possível entender a visão das pessoas sobre o tema acessibilidade no espaço urbano da cidade de Araguaína e também nas escolas, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas para algumas pessoas que moram nesta cidade, onde foi oportuno aplicá-lo também ao presidente da Associação dos Deficientes de Araguaína (ADA), e alguns de seus associados.

O objetivo do questionário é revelar a concepção da comunidade, e procurar entender se as pessoas acreditam se há alguma relação entre a falta de acessibilidade e o baixo número de estudantes com deficiência física nas escolas públicas da cidade de Araguaína – TO.

Parte do questionário aplicado teve sua origem no modelo do aplicado na tese de Doutorado de Aires José Pereira, "LEITURAS DE PAISAGENS URBANAS: um estudo de Araguaína". O questionário foi aplicado a 34 pessoas dentre estas, 03 são deficientes físicos, membros da Associação dos Deficientes de Araguaína (ADA).

Para iniciar a apresentação dos resultados da pesquisa, é fundamental que se faça uma breve leitura das particularidades dos indivíduos entrevistados, como sexo, se há algum tipo de deficiência, tempo de residência na cidade de Araguaína – TO, grau de escolaridade e profissão. Afinal, conhecer a realidade em que esses indivíduos estão inseridos, ajuda no entendimento das suas concepções.

Antes de iniciar a apresentação dos resultados é importante ressaltar que, não se procurou selecionar os pesquisados de acordo com suas características, como por sexo, idade, tempo de residência etc., todo o processo de captura das respostas foi aleatório, e de acordo com a disponibilidade de cada um dos entrevistados.

O resultado sobre o do sexo das pessoas pesquisadas é quantitativo, e é mostrado através do gráfico 01, que identifica a porcentagem do sexo masculino e feminino.



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

A pesquisa nos mostrou conforme o gráfico acima, que 74% dos entrevistados são do sexo feminino, enquanto que 26% do sexo masculino.

Durante a pesquisa foi perguntado às pessoas entrevistadas se elas tinham algum tipo de deficiência física e o resultado disso pôde ser visto na construção do gráfico 02 que representa a análise do quantitativo das pessoas entrevistadas com deficiência e sem deficiência.

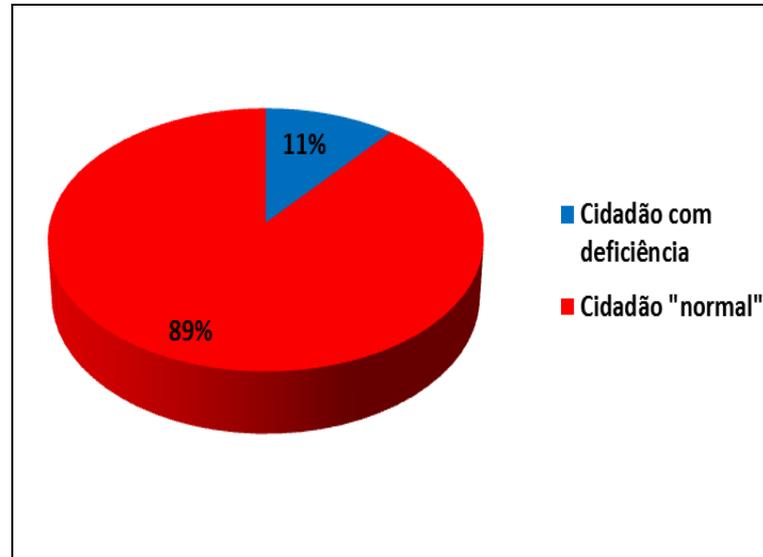
Como ressalva, é importante lembrar que dentre os deficientes físicos entrevistados, estão cadeirantes e deficientes visuais.

Todas as pessoas com deficiência que foram entrevistadas são membros da Associação dos Deficientes de Araguaína (ADA) e lutam pelos direitos dos deficientes físicos, principalmente na esfera municipal. Eles participam de conselhos, como o Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD) que trabalham em prol da garantia dos direitos dessas pessoas.

Observe no gráfico 02 que há uma grande diferença no número de entrevistados com deficiência e sem deficiência.

É importante fazer uma ressalva de que no gráfico, essas pessoas são tratadas respectivamente como cidadão “normal” e cidadão com deficiência.

Gráfico 2-Amostragem das pessoas com deficiência e sem deficiência



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Veja que apenas 11% dos entrevistados declararam que são pessoas com deficiência, enquanto que 89% disseram que são cidadãos “normais”, ou que não possuem nenhum tipo de deficiência.

Quanto ao tempo de moradia das pessoas pesquisadas, foi considerada a mensuração em anos e constatou-se que o tempo de residência dessas pessoas é bastante variado.

A apresentação desse resultado é feito através da tabela 01, onde é feito uma relação entre tempo de moradia e quantidade de pessoas, exposta da seguinte forma: coluna da esquerda, tempo de residência do pesquisado em Araguaína – TO em anos e coluna da direita, quantidade de pessoas por tempo de residência.

Tabela 1-Tempo de residência na cidade de Araguaína

Tempo de residência em Araguaína TO/ em anos	Quantidade de pessoa
3	1
4	1
5	4
8	3
9	1
10	1
11	1
14	1
15	3
20	1
21	1
22	1
23	2
25	1
26	1
27	1
28	1
32	1
33	4
35	1
36	1
42	1

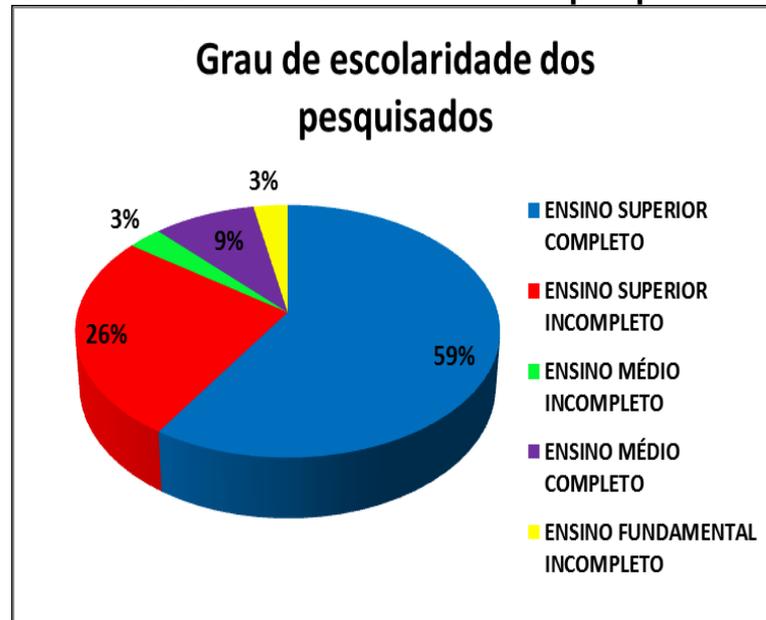
Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Observe na tabela 01, que o maior tempo de residência nesta cidade é de apenas 01 entrevistado, com 42 anos de moradia em Araguaína – TO. No entanto a tabela mostra também 04 pessoas que moram na cidade há 33 anos, e outras 04 residindo há 05 anos em Araguaína – TO. Em seguida, são apresentadas 03 pessoas com 08 anos e outras 03 que moram há 15 anos nesta cidade.

No que se refere ao grau de escolaridade do pesquisados foi observado que em sua maioria, 59% têm o ensino superior completo e 26% ensino superior incompleto e apenas 3% ainda não concluiu o ensino fundamental, apontando que

há um grau de escolaridade um tanto elevado entre a maioria dos pesquisados. Estas informações podem ser observadas através do gráfico 03.

Gráfico 3-Grau de escolaridade dos pesquisados



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

A pesquisa da profissão se tornou ainda mais importante, porque mostrou que a maioria dos entrevistados era profissional da educação, e da construção civil. Revelou também um alto número de pessoas que frequentam instituições educacionais, como as escolas e universidades como é o caso dos estudantes.

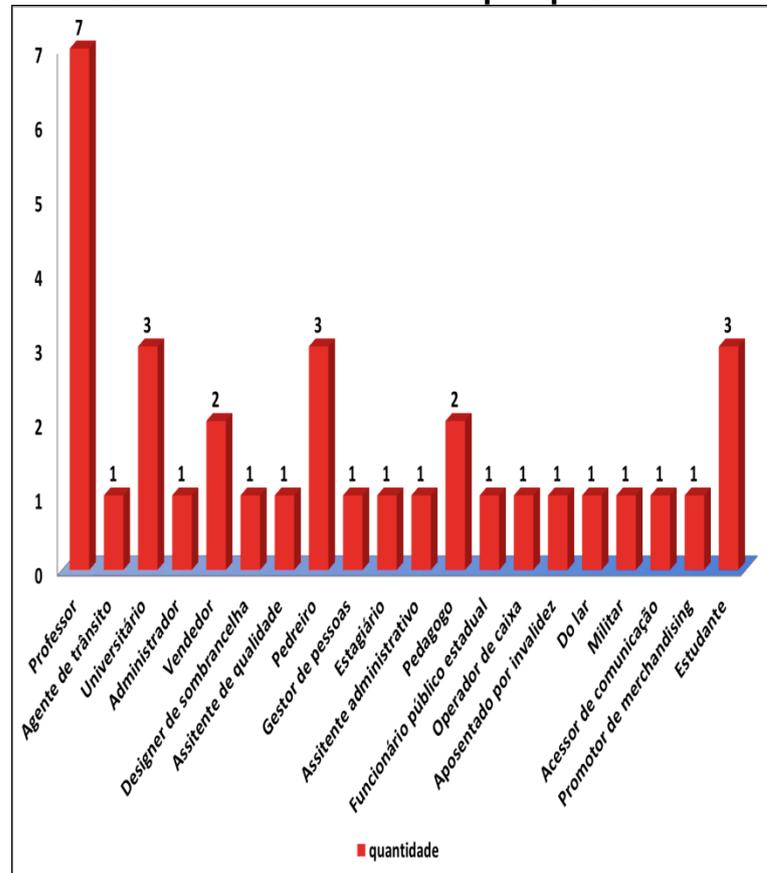
Embora fosse grandiosa para a pesquisa, a contribuição desses profissionais, é importante lembrar, que os demais profissionais como o agente de trânsito, o militar, o funcionário público e o assessor de comunicação entre outros, tiveram uma participação importante na pesquisa. A partir deles, foi possível perceber de que forma as pessoas que não frequentam com assiduidade as instituições educacionais, veem à acessibilidade nesses ambientes.

A seguir, serão expostas as concepções de alguns desses profissionais sobre a Lei Nº 10.098/2000 que rege a acessibilidade no país e também sobre as condições de acessibilidade que as escolas da cidade de Araguaína – TO oferecerem à pessoa com deficiência.

No entanto, antes de fazer esta exposição, e com o propósito de revelar ainda mais sobre a realidade em que estão inseridos os entrevistados, será mostrada no

gráfico 04 a profissão dessas pessoas. Veja como o gráfico 04 mostra essas profissões:

Gráfico 4- Profissão dos pesquisados



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Através da observação do gráfico 04 tem-se a seguinte situação: das 34 pessoas pesquisadas 07 são professores, 01 é agente de trânsito, 03 são universitários, 03 trabalham com construção civil, são pedreiros, 03 são estudantes, 02 são pedagogos e 02 são vendedores. Note que as demais profissões são representadas apenas por uma pessoa.

3.2. Acessibilidade arquitetônica da cidade de Araguaína – TO

Araguaína – TO é uma cidade de economia forte no Estado e isso contribuiu para seu crescimento urbano acentuado. Com a criação da cidade através da Lei Estadual nº 2.125 em 1958 e a construção da rodovia BR-153 a partir do ano de 1960, Araguaína – TO se tornou foco de desenvolvimento econômico e social, o que aumentou com a criação do Estado do Tocantins. Isso contribuiu para que Araguaína – TO se tornasse a cidade mais importante para o Estado e colaborou também para o crescimento urbano desta cidade.

Esse crescimento acelerado da cidade de Araguaína – TO, que vem desde sua criação, é desordenado e sem planejamento, comprometendo assim a livre circulação das pessoas, especialmente daquelas com deficiência física. As vias públicas não foram planejadas a fim de proporcionar acesso a todos, e os cadeirantes são prejudicados com essa falta de acessibilidade que a arquitetura urbana da cidade oferece.

O direito à acessibilidade pode ser visto em muitas leis e decretos e em Araguaína – TO, o Plano Diretor da cidade atribuído pela Lei nº 2424 de 03 de outubro de 2005 em seu parágrafo 2º do artigo 27 estabelece que,

§ 2º Cabe ao Poder Executivo Municipal elaborar plano setorial de estruturação do sistema viário urbano, observadas as seguintes normas gerais:

- I. Será permitido tráfego misto de bicicletas e de veículos motorizados;
- II. As vias de pedestres serão objeto de tratamento específico, devendo ser projetadas de modo a atender aos requisitos de segurança e de conforto físico e visual;
- III. Serão respeitadas as disposições da NBR-9050/1994, referente à circulação de pedestres e, em especial, à acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais (ARAGUAÍNA, 2005).

Veja que neste trecho apresentado, o Plano Diretor de Araguaína – TO se refere à responsabilidade do Poder Executivo Municipal pela estruturação do sistema viário urbano adequado. E fazendo um destaque no inciso III, é retratado o direito da população à livre circulação, sobretudo quanto à acessibilidade das pessoas com deficiência física, onde o governo municipal deve sempre respeitar as normas da NBR 9050/1994.

Também sobre a organização do espaço urbano das cidades a fim de promover à homogeneidade da acessibilidade a lei federal nº 10.257/2001-Estatuto

das Cidades, estabelece diretrizes gerais da política urbana, onde constitui em seu parágrafo 3º do artigo 41 que:

§ 3o As cidades [...] devem elaborar plano de rotas acessíveis, compatível com o plano diretor no qual está inserido, que disponha sobre os passeios públicos a serem implantados ou reformados pelo poder público, com vistas a garantir acessibilidade da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a todas as rotas e vias existentes, inclusive as que concentrem os focos geradores de maior circulação de pedestres, como os órgãos públicos e os locais de prestação de serviços públicos e privados de saúde, educação, assistência social, esporte, cultura, correios e telégrafos, bancos, entre outros, sempre que possível de maneira integrada com os sistemas de transporte coletivo de passageiros (BRASIL, 2001).

Agora, na perspectiva de Pereira (2013) o poder público de Araguaína – TO não cumpre o que é determinado pelo Plano Diretor da cidade, e a respeito disso o autor constata que:

No caso de Araguaína, o poder público constituído foi totalmente ausente no que diz respeito ao atendimento das técnicas e urbanísticas da cidade. A cidade está crescendo de forma acelerada é evidente, dentro da realidade em que se encontra inserida sem que o poder público interfira de forma sistemática e decisiva na organização desse crescimento (PEREIRA, 2013 p.131).

Pereira (2013) expõe a falta de normas técnicas na urbanização de Araguaína – TO, diferente do que é exigido pelo Plano Diretor de tal cidade. É notável para o autor que a cidade está crescendo “da maneira que pode” e o poder público não age e muito menos intervém decisivamente para promover um crescimento organizado, que respeite os direitos de todos os cidadãos. As pessoas sabem que isso precisa mudar e uma professora afirma que para isso acontecer está faltando mesmo é “*Vergonha na cara dos governantes*”.

Em outro momento, Pereira (2013) retorna a sua posição ao afirmar que:

[...] a urbanização desta cidade [Araguaína] não foi estruturada a partir de um planejamento e projeto arquitetônico, não houve uma preocupação em construir um espaço urbano humanizado, respeitando as diferenças e diversidades individuais, bem como, não atende as necessidades básicas de locomoção dos cidadãos araguanenses (OLIVEIRA, PEREIRA, 2011, p. 181).

Promover acessibilidade de maneira homogênea nesta cidade é também repensar na forma com que as próprias pessoas tratam do assunto. O poder público

tem seus deveres a cumprir, mas as pessoas civis também tem responsabilidade de garantir a acessibilidade a si mesmo e ao seu próximo. Isso não está claro na mente das pessoas, pois é visto construções de fossas nas calçadas que em sua maioria são elevadas dificultando o trânsito do cidadão que é cadeirante e também de uma mãe com seu carrinho de bebê, ou então a construção de calçadas desniveladas, com pisos de paralelepípedos. Veja respectivamente na figura 02 e figura 03.

Figura 2- Calçada desnivelada



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

A calçada exposta na figura 02 é comum na cidade de Araguaína – TO. As pessoas constroem as calçadas de suas casas sem levar em consideração a PCD, e isso dificulta e ou impede o acesso do cadeirante ao passeio de suas calçadas.

Figura 3- Calçada de paralelepípedo na Av. Cônego João Lima



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

A figura 03 expõe a realidade das calçadas da Avenida Cônego João Lima, construídas de paralelepípedos, que fazem com que o cadeirante transite “chacoalhando” sua cadeira, devido à irregularidade que este tipo de material traz.

É prática comum da população também, a inserção de obstáculos dispostos nas calçadas vista na figura 04.

Figura 4- Obstáculo disposto na calçada



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Outro exemplo da inconsciência do cidadão araguainense quanto à produção de inacessibilidade é a inexistência de rampas de acesso em estabelecimentos comerciais, embora a lei Nº 10.098/2000 em seu artigo 11, e inciso II determina que,

A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

II – pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000).

Mesmo que seja uma determinação legal, a promoção da acessibilidade por parte de qualquer tipo de estabelecimento que visa à circulação de pessoas em seu interior ainda é tímida.

São poucos os estabelecimentos comerciais de Araguaína – TO, que dispõe de recursos que auxiliam na locomoção da pessoa com deficiência. Vários deles não têm se quer uma rampa de acesso em sua entrada. Este caso pode ser visto na

figura 05, um estabelecimento comercial localizado na Avenida Cônego João Lima, em Araguaína – TO.

Figura 5- Entrada de estabelecimento comercial sem acesso a cadeirante



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Em meio a tanta falta de acessibilidade vista em Araguaína – TO, ainda é possível encontrar estabelecimentos que vem se adequando às normas estabelecidas pelas leis. É o caso mostrado na figura 06.

Figura 6- Entrada de estabelecimento com acesso a cadeirante e deficiente visual



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

A figura 06 acima mostra um estabelecimento com corredor de acesso amplo, com presença adequada de corrimão e piso tátil para as pessoas com deficiência. E

na figura 07 é perceptível a atenção do proprietário para com a pessoa com deficiência. Nesse estabelecimento foi construída uma rampa logo na entrada que auxilia na locomoção do cadeirante.

Figura 7- Entrada de uma casa comercial com acesso à cadeirante



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

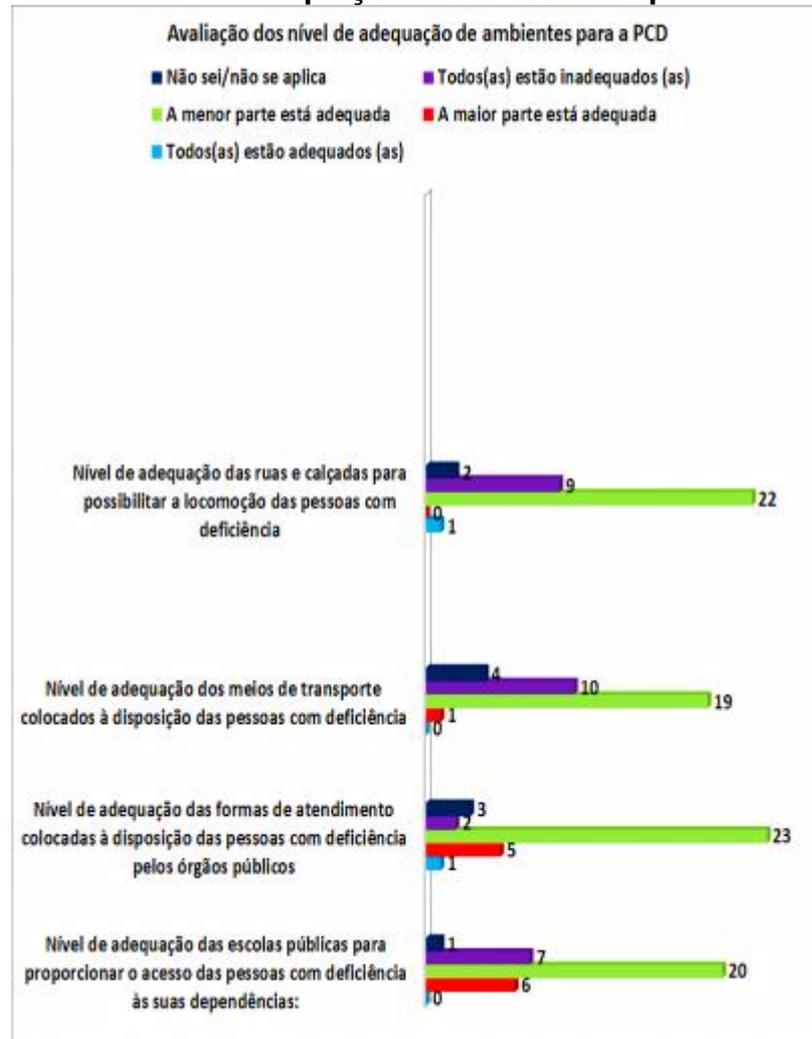
Desse modo, é fundamental que tanto o poder público, o cidadão civil, e as entidades comerciais acatem as leis, e se conscientizem de que se cada um fizer sua parte todos poderão ter acesso a tudo e qualquer lugar, porque a condição física de uma pessoa não pode determinar até onde ele pode ou não pode ir.

Além de todos os resultados já apontados até aqui a pesquisa possibilitou também a construção de um gráfico, que representa a opinião dos araguainenses quanto à adequação dos ambientes na sua cidade.

Para avaliação empírica das pessoas foram indicados alguns itens como: nível de adequação das escolas públicas para proporcionar o acesso das pessoas com deficiência às suas dependências; nível de adequação das formas de atendimento colocadas à disposição das pessoas com deficiência pelos órgãos públicos; nível de adequação dos meios de transporte colocados à disposição das pessoas com deficiência; nível de adequação das ruas e calçadas para possibilitar a locomoção das pessoas com deficiência. Os itens foram avaliados considerando os níveis como: todos (as) estão adequados (as); a maior parte está adequada; a

menor parte está adequada; todos (as) estão inadequados (as); não sei/não se aplica.

Gráfico 5-Avaliação por quantidade de pessoas do nível de adequação dos ambientes para PCD



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Observe que o gráfico 05 mostra que das 34 pessoas entrevistadas, 22 afirmaram que a menor parte do nível de adequação das ruas e calçadas para possibilitar a locomoção das pessoas com deficiência está adequada.

Quanto ao nível de adequação dos meios de transporte colocados à disposição das pessoas com deficiência, 19 pessoas acreditam que também a menor parte está adequada e 10 pessoas acham que todos estão inadequados.

No que se refere ao nível de adequação das formas de atendimento colocadas à disposição das pessoas com deficiência pelos órgãos públicos, 23

peessoas responderam que a menor parte está adequada enquanto que apenas 05 responderam que a maior parte está adequada.

Em se tratando do nível de adequação das escolas públicas para proporcionar o acesso das pessoas com deficiência às suas dependências 20 pessoas afirmaram que a menor parte está adequada, 07 dizem que todos estão inadequados e 06 disseram que a maior parte está adequada.

3.3. Opiniões dos entrevistados sobre a acessibilidade nas escolas de Araguaína- TO

Compreender as opiniões das pessoas entrevistadas durante a pesquisa foi essencial para a construção dos resultados do trabalho de campo. Cada pessoa investigada tinha seus próprios pontos de vistas sobre o tema e isso vai ser notado mais adiante no decorrer dos resultados.

Quando se perguntou as pessoas se elas achavam que lei da acessibilidade (Lei Nº 10.098/2000), está sendo respeitada de um modo geral na cidade de Araguaína – TO foram colocados à disposição 03 opções de resposta, porém eles consideraram apenas duas dessas opções: “não” e “parcialmente”.

O resultado em números mostrou que, 41% das pessoas responderam que a lei descrita, está sendo parcialmente respeitada, e 59% disseram que a lei não está sendo cumprida ao passo que o percentual de pessoas que acreditam que esta lei está sendo cumprida é 0%, ou seja, nenhum dos entrevistados considera que a lei nº 10.098/2000 está sendo respeitada na cidade de Araguaína – TO.

Observe como a resposta dessas pessoas, quanto ao respeito da lei Nº 10.098/2000, ficou distribuída no gráfico 06.

Gráfico 6-Respeito à Lei 10.098/2000na visão dos pesquisados



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

A respeito das estruturas físicas das escolas públicas de Araguaína – TO, as pessoas foram questionadas sobre suas adequações, se elas estão preparadas para receber alunos com deficiência física, por exemplo, os cadeirantes. Os resultados obtidos estão indicados no gráfico 07.

Gráfico 7-Opinião dos entrevistados quanto as adequações das escolas



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Veja que, 3% das pessoas acreditam que as escolas públicas da cidade de Araguaína–TO têm estruturas físicas adequadas para receber alunos com deficiência física, enquanto que 44% dos entrevistados não acreditam nisso e 53%

acreditam que apenas em algumas escolas é possível ver estruturas físicas adequadas.

Veja o que uma dessas 53% disse a respeito da acessibilidade nas escolas de Araguaína – TO.

Em algumas instituições de ensino da cidade de Araguaína observa-se a preocupação com a acessibilidade de estudantes com deficiências físicas, apesar de não apresentar todas as condições necessárias para proporcionar aos estudantes mecanismos que facilitem a locomoção dentro destes ambientes (Entrevista realizada com um Professor de Araguaína em 02/2017).

Para fortalecer o que esta pessoa afirma, note a posição de outra pessoa entrevistada.

Algumas escolas já estão de certa forma se adequando às necessidades do deficiente físico de ir vim. Porém ainda falta muito para chegarem ao ideal, pois o acesso dentro das dependências da escola às vezes, mesmo que exista, deixa a desejar pela forma como são feitos. (Observação feita na escola Jorge armado, por exemplo, tem a rampa, mas a porta é estreita para um cadeirante passar tem que fazer malabarismo) (Entrevista realizada com uma Operadora de caixa de Araguaína em 02/2017).

Contrapondo ao que estas pessoas dizem, veja o que outro entrevistado revela sobre a adequação das estruturas arquitetônicas das escolas públicas de Araguaína – TO, afirmando que essas escolas, na visão de um Administrador, não estão adequadas e sua *“estrutura são incompatíveis com a necessidade do aluno com deficiência”*.

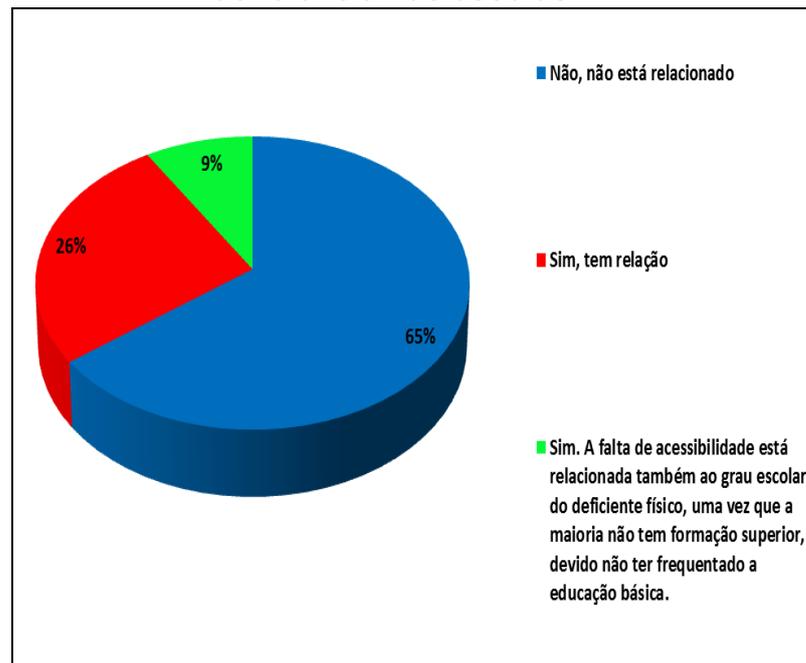
Em todas as escolas públicas que já visitei, nunca vi acessibilidade aos deficientes físicos, digam-se de passagem, até mesmo escolas particulares que já visitei nunca pude notar tal acessibilidade. (Entrevista realizada com um Estudante de Araguaína em 02/2017).

Os 44% das pessoas que dizem que as escolas não estão adequadas, estão representadas pela visão de um Agente de Trânsito que diz que *“As escolas de modo geral não oferecem estrutura adequada para receber alunos com necessidades especiais, por exemplo, rampas de acesso...”*.

Quando se perguntou se a falta de acessibilidade no ambiente escolar está relacionada ao baixo número de deficientes físicos nas escolas públicas da cidade de Araguaína – TO, revelou que: 65% das pessoas entrevistadas acreditam que não

há relação entre a falta de acessibilidade e o baixo número de deficientes físicos nessas escolas e se opondo a esses, 26% das pessoas disseram que sim, há relação entre a falta de acessibilidade e o baixo número de deficientes físicos nas escolas. Veja essas informações representadas no gráfico 08.

Gráfico 8- Opinião dos entrevistados quanto à relação entre acessibilidade e baixo número de alunos com deficiência nas escolas



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Note que, apenas 9% afirmaram que a falta de acessibilidade está relacionada não apenas ao baixo número de alunos com deficiência encontrados nas escolas, como também ao seu grau de escolaridade, em razão da maioria dos deficientes não frequentar o ensino básico, e por isso não chegam ao ensino superior.

Esses 9% é representado pela afirmação de uma Promotora de Merchandising falando que, *“Como muitas escolas ainda têm preconceito em receber estes tipos de alunos, é mais difícil pra eles, ingressarem no ensino superior.”* Uma promotora de vendas ainda vai além afirmando que:

A verdade é que são pouco deficientes que procuram estudar. Seja por falta de incentivo da família, ou dificuldades nos acessos às ruas e escolas distância etc (Entrevista realizada com uma Promotora de Vendas de Araguaína em 02/2017).

Essas pessoas que sustentaram a ideia de que a falta de acessibilidade nas escolas públicas influencia o grau de escolaridade dos deficientes físicos pode ser comprovado pela afirmação de uma Pedagoga, que diz o seguinte: *“Devido à falta de estrutura de locomoção dentro da cidade e nas escolas, fizeram com que estes, [pessoas com deficiência] fossem excluídos da Universidade”*.

Quanto aos 26% que responderam apenas sim, constatou-se que eles veem à falta de acessibilidade nas escolas e em toda a cidade de Araguaína–TO, como um impedimento para a evolução do grau de escolaridade dos deficientes.

A falta de acessibilidade na cidade como um todo impede a formação dos deficientes, não basta fazer rampas em escola e esperar o deficiente chegar lá. O percurso de casa para a escola já se torna um impedimento (Entrevista realizada com uma Aposentada por invalidez-Deficiente Visual e associada ao ADA em 03/2017).

Essas pessoas acreditam que a falta de acessibilidade vista tanto nas escolas públicas, como em toda a cidade é consequência da desatenção que o poder público dá as PCD. Quanto a isso, um Policial Militar, em resposta ao questionário aplicado em 03/2017, afirma com convicção que: *“É visível que, [as pessoas com deficiência física] por serem minoria, os poderes públicos não dá atenção devida e conseqüentemente prejudica a classe”*.

No que se refere às pessoas incluídas nos 65% que consideram não haver relação entre o quantitativo de deficientes físicos nas escolas públicas e a falta de acessibilidade, justificam que isso acontece pela *“falta de estrutura do município mesmo”*, resposta dada por uma vendedora em 02/2017.

Neste mesmo sentido, um assessor de comunicação garante que a questão da falta de acessibilidade na cidade de Araguaína – TO:

Estão relacionados os principais poderes legislativo e executivo. Também é preciso a participação de entidades, associações sociedade civil e outros (Entrevista realizada com um Assessor de Comunicação - Deficiente Físico, cadeirante presidente da ADA em 03/2017).

Ainda sobre a falta de acessibilidade em Araguaína – TO e suas escolas, um pedreiro em resposta ao questionário em 02/2017, sustenta a ideia de que não há relação entre falta de acessibilidade e o baixo número de alunos com deficiência nessas escolas. Para ele *“O que falta mesmo é interesse dos responsáveis por essa questão e também que os próprios interessados lutem por seus direitos”*.

Ainda querendo revelar a opinião dos entrevistados, pediu-se para que eles fizessem a indicação dos fatores, (podendo ser mais de um fator) que mais têm prejudicado a acessibilidade das pessoas com deficiência física aos órgãos públicos, e em especial às escolas e aos serviços por eles ofertados aqui na cidade de Araguaína – TO.

Através dessa indicação, houve a possibilidade da construção do gráfico 09 que revela a perspectiva dos pesquisados quanto aos fatores que mais afetam a acessibilidade das pessoas com deficiência na cidade de Araguaína – TO.

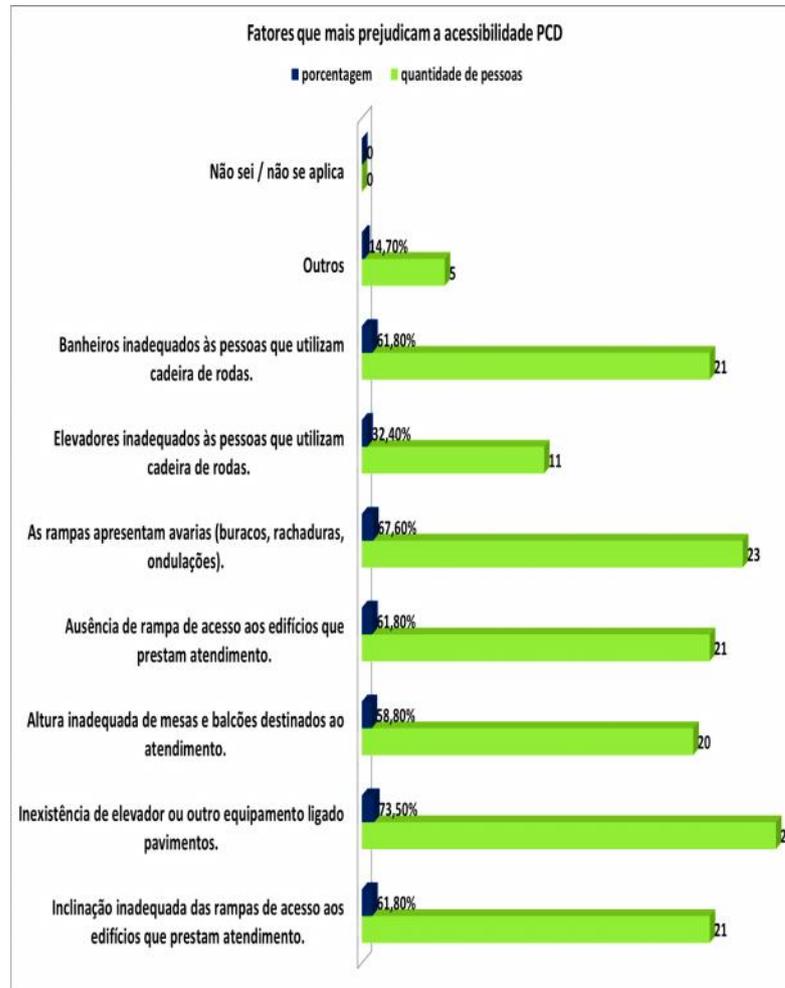
No gráfico 09 é informado o número de entrevistados, por fatores que afetam promoção da acessibilidade.

Os fatores disponibilizados no questionário aos entrevistados eram:

- a) Inclinação inadequada das rampas de acesso aos edifícios que prestam atendimento;
- b) Inexistência de elevador ou outro equipamento ligado pavimentos;
- c) Altura inadequada de mesas e balcões destinados ao atendimento;
- d) Ausência de rampa de acesso aos edifícios que prestam atendimento;
- e) Análise das rampas que apresentam avarias (buracos, rachaduras, ondulações);
- f) Elevadores inadequados às pessoas que utilizam cadeira de rodas e banheiros inadequados às pessoas que utilizam cadeira de rodas.

Observe como o gráfico 09 representa estas informações.

Gráfico 9– Opinião dos entrevistados quanto os fatores que prejudicam a acessibilidade da PCD



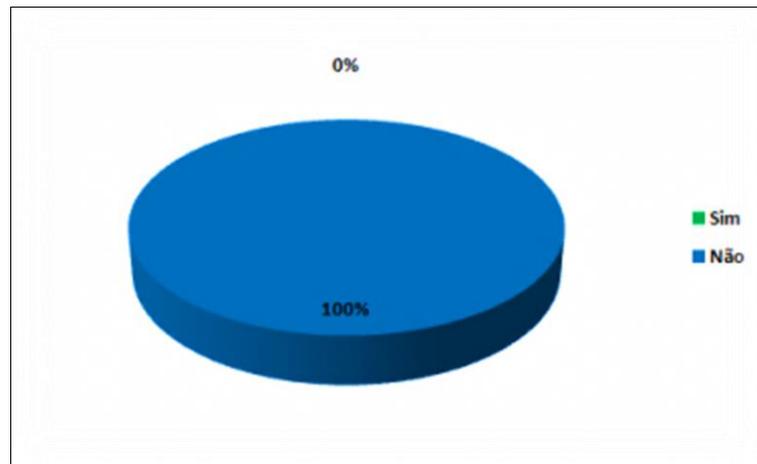
Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

A análise, aqui retratada em números e em porcentagens, evidencia que a maioria dos pesquisados, 73,50% (25 pessoas), acreditam que o que mais prejudica a acessibilidade das PCD na cidade de Araguaína–TO, é a inexistência de elevador ou outro equipamento ligado a pavimentos, seguido respectivamente em grau decrescente, pelas avarias (buracos, rachaduras, ondulações) encontradas nas rampas de acesso, com 67,60% (23 pessoas) e os banheiros inadequados às pessoas que utilizam cadeira de rodas com 61,80% (21 pessoas); ausência de rampa de acesso aos edifícios que prestam atendimento com 61,80% (21 pessoas); e inclinação inadequada das rampas de acesso aos edifícios que prestam atendimento com 61,80% (21 pessoas).

O questionário aplicado foi extremamente importante para revelar se as pessoas entendiam que a acessibilidade arquitetônica no interior das escolas pública

é o suficiente para aumentar a assiduidade de deficientes físicos nas escolas da cidade de Araguaína – TO. E sobre esta questão, o gráfico 10 representa a opinião dos araguainenes.

Gráfico 10- Acessibilidade é suficiente para aumentar assiduidade de PCD nas escolas de Araguaína - TO?



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Como resultado a pesquisa mostrou que 100% das pessoas entrevistadas não acreditam na hipótese de que a acessibilidade é suficiente para aumentar o quantitativo de alunos com deficiência em escolas públicas da cidade. Veja o que diz a respeito um dos entrevistados.

Pessoas deficientes são muitas, mas devido à dificuldade, de até mesmo chegarem às escolas, faz com que desista de frequentar as escolas (Entrevista realizada com uma Designer de Sobrancelhas de Araguaína em 02/2017).

Os entrevistados não acreditam que acessibilidade apenas no interior das escolas é o suficiente para aumentar a quantidade desses alunos nessas instituições. Para eles é necessário que a acessibilidade esteja disponível em um maior número de ambientes possíveis, não apenas no interior das escolas. Um dos entrevistados complementa este princípio dizendo que:

Sem pelo menos as rampas de acesso, o que é o mínimo que se espera para essas pessoas se locomoverem, elas ficam desmotivadas a irem para escola (Entrevista realizada com um Pedreiro de Araguaína em 02/2017).

Em outro momento, observe o que é dito por uma funcionária pública estadual:

Além da conscientização, das formas de tratamento e de atendimento colocadas à disposição das pessoas com deficiência pelos órgãos públicos é preciso que todo entorno da escola seja acessível para que a locomoção do cadeirante seja facilitada desde a saída de sua casa até nas dependências da escola (como foi colocada brilhantemente no decorrer do questionário) (Entrevista realizada com um Pedreiro de Araguaína em 02/2017).

Para compreender melhor o que os entrevistados pensam sobre o assunto, faz-se necessário refletir sobre uma simples pergunta que pode ajudar bastante. Como pode um estudante com deficiência física, por exemplo, um cadeirante, conseguir chegar todos os dias em uma escola com alto nível de acessibilidade arquitetônica, mas que na rota do aluno de sua casa para escola, a acessibilidade não se faz presente? Pensar sobre a resposta desta pergunta, é fundamental para compreender o que os entrevistados querem de fato expor.

Sobre o que é preciso fazer para que as pessoas com deficiência tenham acessibilidade nas dependências das escolas públicas de Araguaína – TO as pessoas entrevistadas acreditam que, é necessário realizar “Projetos específicos e fiscalizar a execução” (Entrevista realizada com um Administrador de Araguaína em 02/2017). Outro afirma que é preciso fazer “Fiscalização da prefeitura nas escolas, e multa pra quem não cumprir a lei” (Entrevista realizada com um Estudante de Araguaína em 02/2017). Agora observe o que um profissional da construção diz:

É preciso que seja feito o nivelamento das calçadas das ruas, rampas adequadas nas ruas e nas escolas, sinalização e educação social para a maioria das pessoas (Entrevista realizada com um Pedreiro de Araguaína em 02/2017).

Todos os entrevistados afirmaram a importância do envolvimento do poder público e da fiscalização na solução deste problema. Sobre isso uma professora da cidade afirma que:

E preciso que as políticas públicas tenham um olhar voltado para esse problema social que muitas vezes, a falta de acessibilidade a essas pessoas, exclui elas do meio social. Por isso é importante que se adequem todas as escolas, mantendo acessível, não somente as escolas, mas todos os ambientes de uso necessários para os portadores de necessidades especiais (Entrevista realizada com uma Professora de Araguaína em 02/2017).

Um estudante entrevistado é mais incisivo e revela que é necessário um Plano Estadual para que essa questão fosse resolvida. Ele afirma que a partir desse planejamento e de um levantamento sistemático das unidades escolares é possível fazer uma provável reforma nessas escolas ainda inadequadas. Observe as palavras dele.

Em primeiro deve-se levar em conta que a maioria das escolas de nossa cidade foram planejadas e construídas em uma época cuja discussão sobre a acessibilidade inexistia praticamente em todo o Brasil, todavia, a mudança deve estar baseada principalmente não ação estatal, acho que um plano estadual deveria ser feito, com base em um levantamento sistemático das unidades que ainda não têm a devida adequação, para este modo passarem pelas devidas reformas (Entrevista realizada com um estudante de Araguaína em 02/2017).

As possibilidades de solução para a falta de acessibilidade nas dependências das escolas públicas de Araguaína – TO, na opinião dos entrevistados está ligado em sua maioria, à atenção e fiscalização das leis por parte do poder público. As normas de promoção da acessibilidade são claras e estão à disposição de todos. Então se elas não são respeitadas é por que não estão sendo fiscalizadas.

4. CAPÍTULO III: DIAGNÓSTICOS DA ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA EM INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA CIDADE DE ARAGUAÍNA-TO, O CASO DO COL. EST. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES

Falar de acessibilidade arquitetônica na cidade de Araguaína – TO requer muito trabalho, uma vez que a cidade foi construída sem planejamento e sem levar em consideração as pessoas com deficiência. O mesmo caso pode ser visto na maioria das escolas públicas desta cidade. As escolas desta cidade foram construídas no período em que a pessoa com deficiência não era levada em consideração, até então o tema acessibilidade não era tão evidente na sociedade quanto é atualmente.

Para obtenção de informações a fim de aprofundar a pesquisa, realizou-se um trabalho a campo no Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes que envolveu observação e análise de registros fotográficos. O foco do trabalho de campo foi revelar as limitações no ambiente físico dessa escola levando em consideração o deficiente físico (cadeirante). Foi analisada a entrada do colégio, a existência de corrimão nas rampas e escadas, a existência de barras de apoio nos banheiros, a largura das portas das salas de aula, e a qualidade do piso deste colégio.

4.1. Um pouco sobre o Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes

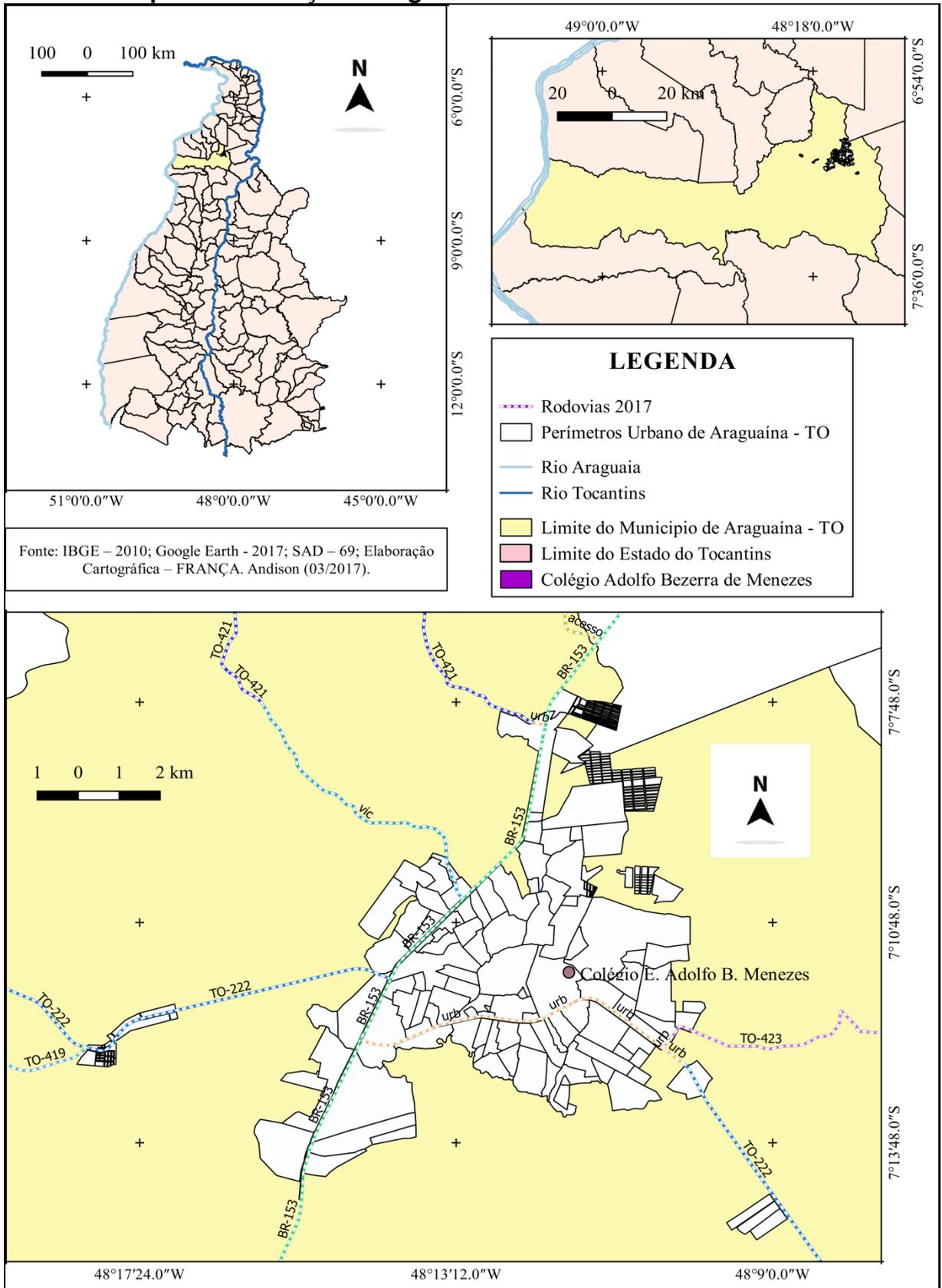
O Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes está localizado na Rua Gonçalves Ledo, s/nº Bairro São João na cidade de Araguaína – TO, como observado no mapa 01, de sua localização.

Esta escola oferece os três níveis de modalidades do ensino regular, o Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) Ensino Médio (2º grau) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), com um total de 1.340 alunos distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite.

O colégio conta com 36 salas de aula, 01 biblioteca, 01 sala dos professores, 02 banheiros (feminino e masculino) para os alunos, 02 centros de convivência para socialização dos estudantes, 01 cantina, 01 quadra poliesportiva coberta e algumas salas administrativas, de vídeo e de informática.

A comunidade escolar é composta por corpo docente, discentes e profissionais que colaboram com a organização física do espaço escolar.

Mapa 1-Localização Colégio Est. Adolfo Bezerra de Menezes



Fonte: IBGE 2010; Google Earth-2017; SAD adaptado por FRANÇA, Andison (03/2017). org. MOURA, Gleiciane Barbosa, 2017

O corpo docente é formado por 68 professores de diversas disciplinas, o corpo discente, como dito anteriormente, é composto por 1.340, alunos e a equipe da organização/administração escolar são compostos por 27 pessoas, dentre merendeiras, porteiros, bibliotecário, secretários, coordenadores e diretores entre outros².

Dentre os 1.340 estudantes que o colégio atende 20 possuem algum tipo de deficiência física e deles 02 é cadeirante, e é em função deste tipo de estudante que a pesquisa vem avaliar a situação do seu espaço da escolar, e entender até que ponto a estrutura física desta escola está preparada para receber este tipo de estudante.

4.2. Da acessibilidade arquitetônica do Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes

A disposição de meios que ofereçam acessibilidade no Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes, promovem certo “conforto” ao estudante com deficiência física (cadeirante), se comparado a outros colégios da rede regular de ensino, da cidade de Araguaína – TO.

Por toda estrutura física de tal colégio, é possível notar a presença de algumas rampas e barras de apoio nos corredores que permitem ao cadeirante acesso a alguns espaços da escola, embora ainda não ofereça segurança, pois em sua maioria, esses recursos são irregulares e rústicos.

A acessibilidade que tal colégio oferece, não permite de fato, que o estudante cadeirante se locomova com segurança por todo espaço da escola. Há espaços que não há possibilidade de acesso ao cadeirante, outros o acesso é dificultado pela estrutura decadente das rampas e pisos.

Na rua ao qual o colégio esta localizada não existe rampas de acesso ao cadeirante, não há se quer a faixa de pedestre. A calçada do colégio é totalmente desgastada com muitas avarias, rachaduras e buracos.

Na parte externa da entrada do colégio, há uma rampa de leve inclinação com sinais de desgaste e um portão por onde entra os estudantes com largura suficiente para entrada de um cadeirante.

² Dados obtidos em entrevista realizada com Djailton da Silva Cunha, secretário da Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes em 03/04/2017.

A figura 08 mostra a situação em que se encontra a parte externa da entrada do Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes.

Figura 8- Parte externa da entrada do Col. Est. Adolfo Bezerra da Menezes



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Na parte interna da entrada do colégio, há uma grade de “correr” que dá acesso a um pequeno corredor por onde passa os estudantes para irem as suas salas de aulas. Observe na figura 09.

Figura 9- Corredor de entrada do Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes

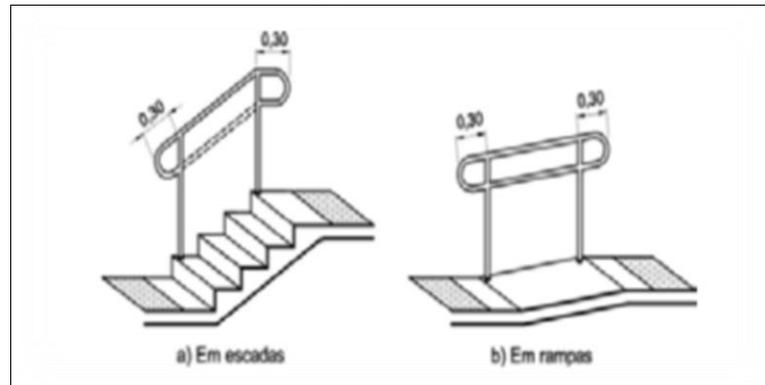


Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Este pequeno corredor é amplo com uma leve inclinação e de piso nivelado o que facilita na locomoção do cadeirante às dependências do colégio.

No que se refere ao corrimão nas rampas e escadas, o colégio está adaptado. Observe a figura 10, como deve ser disposto o corrimão na escada e rampas de acordo com NBR 9050/2004.

Figura 10- Corrimão em escadas e rampas de acordo com ABNT



Fonte: NBR 9050/2004

No colégio, estes corrimãos podem ser vistos no centro de convivência e em uma escada que dá acesso a algumas salas de aula. Observe na figura 11.

Figura 11- Corrimão em escadas e rampas de acordo com ABNT



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

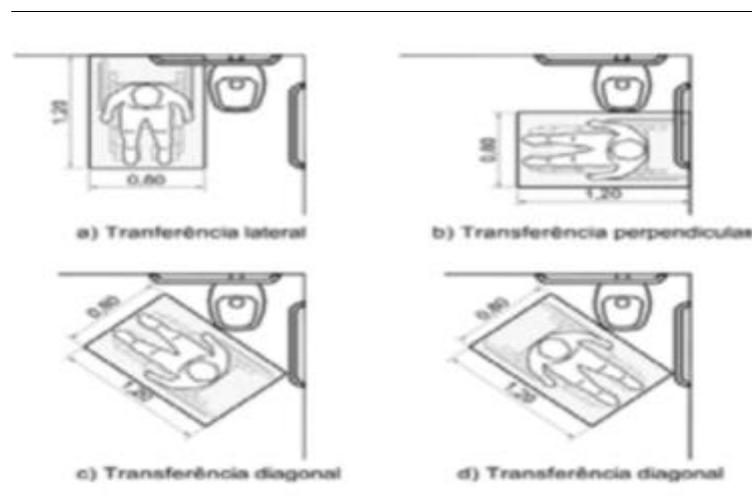
Note que, do lado direito da figura, a rampa dispõe de corrimão adequadamente. No entanto, imagine de que forma um cadeirante iria conseguir chegar à sala mostrada do lado esquerdo da figura 11. Embora haja o corrimão, a inclinação da escada de acesso à sala é muito elevada, sendo necessárias não rampas e corrimãos e sim um elevador, uma vez que a sala fica localizada no piso superior.

Os banheiros são espaços muito de utilização muito importante para todos, e inclusive para o estudante cadeirante. Nele as pessoas fazem suas necessidades pessoais, sendo necessário, portanto, um espaço adequado para que aquele que possui uma cadeira de rodas possa utilizar normalmente como as demais pessoas.

Sobre isso a NBR 9050/2004 determina que haja barras de apoio que ajudem ao cadeirante a fazer a utilização do vaso sanitário com segurança.

Veja como devem ser os banheiros de acordo com essa norma, na figura 12.

Figura 12- Barras de apoio em banheiros de acordo com ABNT



Fonte: NBR 9050/2004

Além das barras de apoio é necessária também uma área de transferência suficiente no banheiro para a locomoção da cadeira de rodas.

Ao analisar os banheiros utilizados pelos estudantes do colégio, é possível perceber várias irregularidades. Essas desconformidades podem ser vistas na figura 13, que se inicia desde a entrada dos banheiros.

Para iniciar, os banheiros não têm a identificação do SIA, apenas é especificado qual seja o sanitário feminino e o masculino onde do lado esquerdo da figura está o banheiro masculino e do lado direito o feminino.

Repare na figura 13, que apenas no banheiro masculino há uma rampa que interliga o corredor à entrada do banheiro. O fato da inexistência de uma rampa na entrada do banheiro feminino é inexplicável.

Analisando o piso dos banheiros usado pelos estudantes, notou-se que o mesmo é diferente dos demais pisos que compõe o colégio.

O piso em questão é feito de cerâmica branca e aparenta ser bastante escorregadio para quem usa cadeira de rodas.

Figura 13- Entrada do banheiro Feminino e Masculino



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Os lavatórios estão a uma altura onde os cadeirantes são incapazes de alcançar. Agora veja na figura 14 como são esses banheiros.

Figura 14- Banheiros sem barras de apoio



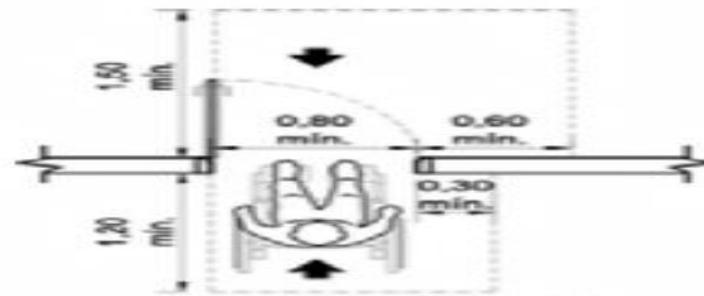
Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Ao entrar de fato nos banheiros foram observadas se haviam a existência de barras de apoio para os estudantes cadeirantes, e notou-se que em nenhum dos banheiros há as barras de apoio. Além na inexistência dessas barras, as portas são

estreitas e espaço dentro do banheiro é insuficiente para que um cadeirante os utilizem com facilidade.

A largura das portas determinada pela NBR 9050/2004 é de que seja no mínimo 0,80 m de largura conforme mostra a figura 15.

Figura 15- Largura das portas de acordo com ABNT



Fonte: NBR 9050/2004

Agora veja na figura 16 como são as portas do Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes.

Figura 16- Portas das salas de aula



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

As portas das salas de aulas do colégio apresentam rampas rústicas, o que podem inserir um tanto de perigo ao cadeirante ao adentrar na sala. São rampas irregulares e feitas a “grosso modo”.

A largura das portas da sala de aula tem largura de 0,76 m, enquanto que a NBR 9050/2004 determina que tenha no mínimo 0,80 m de largura. Ou seja, o cadeirante consegue passar pela porta, porém com dificuldade.

Embora seja evidente a necessidade de algumas melhorias, ainda pode ser encontrados espaços do colégio onde a acessibilidade se faz perceptível. É o caso do bloco próximo aos banheiros, que pode ser visto na figura 17.

Figura 17- Inclinação de rampa e piso adequado



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

A figura revela que o colégio também dispõe de espaços adequados, onde a inclinação da rampa e todo piso do corredor está perfeitamente adequado à utilização pelo cadeirante, sem imperfeições que são encontrados em outros pontos, por exemplo, na rampa de acesso ao corredor da biblioteca.

É possível notar que a escola tenta, ao seu modo, promover acessibilidade ao estudante com deficiência física (cadeirante), no entanto ainda há muito que ser melhorado.

A biblioteca é um espaço muito usado pelos estudantes de qualquer escola, nela são feitos trabalhos, leituras e pesquisas, por isso é muito importante que seu acesso seja fácil.

No Col. Est. Adolfo Bezerra de Menezes, o acesso à entrada da biblioteca é em parte adaptado à pessoa com deficiência. O piso do corredor é amplo sem imperfeições, no entanto o piso que rodeia a rampa de entrada a este corredor deixa bastante a desejar.

A figura 18 revela um piso desregular ao redor da rampa. Este piso apresenta rachaduras e imperfeições no que diz respeito ao seu nivelamento. Esse tipo de piso é impróprio para o cadeirante, embora a rampa o ajude bastante a ter acesso à biblioteca.

Observe a esta situação descrita na figura de número18.

Figura 18- Acesso à biblioteca



Fonte: MOURA, Gleiciane Barbosa. Pesquisa de campo realizada entre 01/2017 e 03/2017

Contudo, percebeu-se que há possibilidade do estudante cadeirante frequentar o colégio diariamente, porém com certas dificuldades, uma vez que o Colégio Adolfo Bezerra de Menezes ainda necessita de muitos reparos em sua estrutura arquitetônica para estar adequado às normas NBR 9050/2014.

O colégio precisa nivelar todo o piso disposto na área externas as salas de aula, como o dos corredores. Necessita de muitas adequações quanto suas rampas que são rústicas e não oferecem segurança necessária ao deficiente físico (cadeirante). As portas, inclusive as das salas de aula, precisam se adequar a largura estipulada pela NBR 9050/2004. E por último e muito importante, pelo menos que um dos banheiros necessita ser acessível ao cadeirante, composto por barras de apoio, e espaço suficientes para sua transposição e locomoção dentro deste espaço.

5. CAPÍTULO X: COMO DESPERTAR A CONSCIÊNCIA SOBRE A NECESSIDADE DE ACESSIBILIDADE DO DEFICIENTE FÍSICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA

A acessibilidade e a geografia estão estruturadas no estudo do espaço geográfico e do homem que nele vive que neste caso é enfatizado pela relação do ambiente escolar com o estudante com deficiência física. Ou seja, trabalhar o tema da acessibilidade no ensino de geografia reflete conversar sobre o espaço geográfico mantendo o tema como eixo principal, há neste contexto então a interdisciplinaridade.

A Geografia, por sua própria lógica de conhecimento, caracteriza-se pelas relações entre fenômenos físicos e humanos, ou entre a sociedade e a natureza, também presta sua contribuição na escola para a realização da interdisciplinaridade, confirmando sua exclusividade, ou seja, que ela própria se forma a partir de grande variedade de temas, conservando sempre o espaço geográfico como eixo principal (FONSECA e TORRES, 2014, p.10).

A geografia escolar se presta como disciplina indispensável para o estudo social, através dela é possível analisar a sociedade ao qual o aluno está inserido e principalmente usar-se do artifício da percepção e da análise crítica para evidenciar ou até mesmo elaborar plano de ações para solucionar os problemas encontrados no espaço urbano como, por exemplo, a falta de acessibilidade. Apesar de tal importância, a conjuntura geografia no cenário atual até mesmo futura, pode de certa forma desaparecer devido sua sustentação crítica que ameaça os poderes políticos. Sobre isto, na ótica de Vesentini (2006):

[...] a geografia escolar pode até desaparecer, mas terá necessariamente de haver uma(s) disciplina(s) que supra(m) essa visível necessidade de se estudar no ensino elementar e médio temas essenciais ao mundo de hoje como o sistema financeiro e comércio internacional, os problemas ambientais globais a interdependência e a disparidade sócio econômicas, o turismo (sim!) , os problemas urbanos , os interesses ou peculiaridades globais , nacionais e regionais etc (VESENTINI,2006, p.22).

Tal como o autor, os problemas urbanos entre outros são temas essenciais ao mundo de hoje, seja a geografia escolar ou outra disciplina, é indispensável que sejam temas discutidos em sala de aula para fomentar a formação do cidadão ativo. O estudo da acessibilidade, por exemplo, pode ser trabalhado no ensino de

geografia como um dos problemas urbanos vivenciado, e mais visto a partir deste século, dando ênfase ao tema numa escala local, para despertar nos estudantes o interesse na análise do espaço ao qual ele está inserido.

Os conhecimentos construídos nas aulas de geografia, integrados aos ensinamentos de outras disciplinas, são fundamentais para o crescimento do aluno e para sua participação na vida em sociedade, onde será capaz de desempenhar e exercer sua cidadania. O aluno precisa sentir-se um membro participante, responsável e comprometido com o mundo onde vive. Assim, os conteúdos de geografia para o ensino fundamental e médio podem estar sempre ligados à questão social, cuja compreensão por parte dos alunos mostra-se essencial em sua formação como leitores críticos do mundo (AMORIM e AMORIM, 2009, p. 4).

A partir dessa ótica, pode-se apontar a relevância do ensino e do professor de geografia. O professor de tal disciplina deve orientar e aguçar em seus educandos o senso crítico analítico, através de trabalhos com temas que atualmente são objetos de debates como, por exemplo, a questão da acessibilidade aos deficientes físicos.

Dessa forma, Cavalcanti (2006) descreve o papel do professor e da Geografia escolar afirmando que:

O docente, com o papel de mediador do processo de formação do aluno, tem o trabalho de favorecer/propiciar a inter- relação entre os sujeitos e os objetos de conhecimento. A geografia escolar, que representa um conjunto de instrumentos simbólicos, conceitos, categorias, teorias, dados, informações e procedimentos sobre o espaço geográfico, constituído em sua história, é considerada uma das mediações importantes para a relação dos alunos com a realidade (CAVALCANTI, 2006, p.34).

Saber despertar a consciência sobre a necessidade de acessibilidade do deficiente físico através do ensino de geografia é uma missão significativa para o professor, uma vez que o educador atua na formação da cidadania do estudante. Sobre esta perspectiva Vesentini (2006), contribui dizendo que:

[...] ser um verdadeiro educador, preocupado com a conquista da cidadania, é contribuir para o crescimento (no sentido amplo do termo: intelectual, cognitivo, afetivo...) do educando, para a sua autonomia, criatividade e senso crítico (VESENTINI, 2006, p. 24 e 25).

Sobre a atuação do professor, Vesentini (2006) reforça que:

O bom professor deve adequar seu curso a realidade dos alunos. Realidade tanto local (a comunidade, o espaço de vivência e suas características) - nunca se deve esquecer que os estudos do meio constituem um dos importantes instrumentos da geografia escolar [...] (VESENTINI, 2006, p. 30).

Portanto, é compreensível que para despertar a consciência sobre a necessidade de acessibilidade do deficiente físico no ensino de geografia é necessário trabalhar com os estudantes estudo do espaço. E inicialmente é importante que este estudo se inicie pelo espaço vivido pelo aluno para que assim ele consiga aprender a olhar o espaço global. Nesse sentido, Cavalcanti (2006) expõe:

Para que os alunos entendam os espaços de sua vida cotidiana, que se tornaram extremamente complexos, é necessário que aprendam a olhar, ao mesmo tempo, para um contexto mais amplo e global, do qual todos fazem parte, e para os elementos que caracterizam e distinguem seu contexto local. Entendo que para atingir os objetivos dessa educação, deve-se levar em consideração, por tanto, o local, o lugar do aluno, mas, visando propiciar a construção pelo aluno de um quadro de referências mais gerais que lhe permita fazer análises mais críticas desse lugar (CAVALCANTI, 2006, p.32).

E para que este estudo do espaço local seja atraente a eles é recomendável que haja uma observação direta do método pelo qual podem ser detectados os problemas. Como embasamento, o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) do ensino fundamental (BRASIL, 1998) afirma que:

Os estudos de paisagens urbanas e rurais, com toda a sua problemática, pode em grande parte ser desvendados pela observação direta dessas paisagens. Uma excursão a um sítio ou a alguma fazenda garantirá um contato direto com o solo, a vegetação e as formas de organização da produção. Muitas vezes cansamos nossos alunos com longos discursos sobre o valor e significado do centro histórico de uma cidade, quando uma simples visita, ensinando-os a observar suas referências básicas, identificando, revisitando a História, compreendendo a convivência do antigo e do novo, permitiria sua compreensão mais rápida. A aprendizagem, assim, se tornaria um momento de prazer. Nesse sentido, pela natureza do seu objeto de estudo, a Geografia está aberta a uma infinidade de recursos para a motivação do aluno (BRASIL, 1998, p.34).

Estudar a paisagem é também uma maneira de despertar no estudante a consciência da importância da acessibilidade para a pessoa com deficiência física. Quanto mais próximo ou familiar ao estudante a paisagem a ser estudada for, mais interessante será. Além dessa estimulação, é também necessário que o professor esteja atento aos materiais que o ajudem a instigar o estudante.

Uma maneira interessante de iniciar a leitura da paisagem é mediante uma pesquisa prévia dos elementos que a constituem. Essa pesquisa pode ocorrer apoiada em material fotográfico, textos ou pela sistematização das observações que os alunos já fizeram em seu cotidiano. Por esse levantamento inicial, o professor e os alunos podem problematizar formular

questões e levantar hipóteses que impliquem investigações mais aprofundadas, que demandam novos conhecimentos (BRASIL, 1998, p.136).

Ensinar geografia requer uma visão holística sobre o tema a ser abordado em sala de aula, entretanto o professor não pode se prender apenas na visão global, é necessário e importante que a escala local do tema também seja alcançado. É por isso que a melhor forma de sensibilização dos estudantes sobre importância da acessibilidade aos deficientes físicos nas aulas de geografia é relacionar o problema a sua própria realidade, ao seu cotidiano. Fazer com que através da observação da paisagem ou do espaço, os estudantes construam um conhecimento crítico do meio em que ele vive. É imprescindível, contudo, que a observação e análise dessa paisagem ou do espaço sejam feita de modo que os estudantes interajam com o meio, por exemplo, no estudo da acessibilidade através de passeios e fotos do lugar a ser estudado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento do referencial teórico e o processo de pesquisa de campo foram fundamentais para que se pudesse atingir o objetivo deste trabalho, que é de revelar a opinião das pessoas acerca da acessibilidade em Araguaína – TO, tanto no seu espaço urbano, como também em suas escolas públicas. Além disso, este trabalho faz ainda um diagnóstico da acessibilidade arquitetônica do Colégio Adolfo Bezerra de Menezes tendo em vista as limitações físicas de estudantes com deficiência física (cadeirante).

O primeiro passo do trabalho foi conhecer um pouco mais sobre o colégio, descobrindo então, se tal instituição atende a estudantes com algum tipo de deficiência física e foi identificado que o Colégio Adolfo Bezerra de Menezes atende 20 estudantes nessas condições e desses, 02 são cadeirantes.

Como a pesquisa de campo foi dividida em duas partes, procurou-se na primeira, revelar a opinião das pessoas pesquisadas a respeito da acessibilidade arquitetônica, no espaço urbano da cidade de Araguaína – TO e também nas escolas públicas de tal cidade.

Apontou-se então como resultado, que as pessoas que moram na cidade de Araguaína – TO acreditam que a cidade ainda não oferece espaços adequados aos cidadãos com deficiência física. Na avaliação dos deles, são poucos os ambientes urbanos e escolares da cidade de Araguaína – TO, que tem adequação necessária para atender as necessidades das pessoas com deficiência. Para essas pessoas, a lei 10.098/2000, que visa à acessibilidade aos que necessitam, não está sendo respeitada e por isso, a acessibilidade está disponível de fato, apenas em algumas escolas públicas da cidade da Araguaína – TO.

As pessoas que foram entrevistadas acreditam também que a maioria dessas escolas que ainda não oferecem um ambiente adequado ao estudante com deficiência está se adequando e se adaptando às normas.

Tendo em vista a opinião dos pesquisados, apontou-se também como resultado que a pouca quantidade de alunos com deficiência no cotidiano das escolas não se dá pela falta de acessibilidade nas escolas públicas da cidade. Para eles, a existência ou falta de acessibilidade nas instituições escolares, não está relacionado à permanência do estudante em tal ambiente. A opinião deles, resumida

em apenas uma frase de um dos entrevistados, é que “a verdade é que poucas pessoas com deficiência procuram estudar” (Entrevista com um pedreiro).

Ainda conforme a concepção das pessoas entrevistadas, os fatores que mais têm prejudicado a acessibilidade às pessoas com deficiência física são respectivamente em grau de importância, a inexistência de elevador ou outro equipamento ligado pavimentos, a existência de rampas que apresentam avarias (buracos, rachaduras, ondulações) e banheiros inadequados às pessoas que utilizam cadeira de rodas.

Sobre o que é preciso fazer para que as pessoas com deficiência tenham acessibilidade nas dependências das escolas públicas de Araguaína – TO as pessoas entrevistadas acreditam rigorosamente que é necessário a adequação dessas escolas que ainda estão em desconformidade, e que é preciso também que se faça projetos voltado a acessibilidade nas escolas e que haja fiscalização por parte dos governantes.

As pessoas entrevistadas entendem que o espaço urbano da cidade, assim como as escolas públicas de Araguaína – TO , ainda precisa de muitos ajustes para que se tenha uma acessibilidade satisfatória aos que necessitam de tal recurso.

Na segunda parte da pesquisa, é marcada pelo propósito de estudar a estrutura arquitetônica do Colégio Adolfo Bezerra de Menezes tendo em vista as limitações físicas de um cadeirante. Nesta fase, procurou-se investigar se a estrutura da escola em questão está adequada para receber um estudante com deficiência motora e limitações físicas (cadeirante).

Através de observações, entrevistas e registro fotográfico notou-se que o colégio oferece uma estrutura pobre, quanto à acessibilidade, e uma estrutura arquitetônica que ainda precisa de muitas adequações para que atenda satisfatoriamente ao estudante com deficiência física, que neste caso, se trata do cadeirante.

Os registros fotográficos mostraram muitos espaços que não fornecem de fato, acessibilidade e outros, que ainda necessitam se adequar às Normas Brasileiras NBR 9050/2004. No entanto, o Colégio Adolfo Bezerra de Menezes também apresenta alguns espaços satisfatórios, que precisam ser elucidados. Por exemplo, em alguns espaços, há barras de apoio em rampas de acesso e escadas, existem alguns pisos nivelados, adequados para utilização de cadeirantes e muitas rampas de acesso, embora com avarias.

Com isso o desfecho que se observa do colégio é de que ele, a “grosso modo”, tenta se adequar às normas legais para receber os estudantes com deficiência física. É perceptível a boa intenção que o colégio tem em fazer as modificações em sua estrutura, mesmo que de forma incoerente ou ignorante, como pôde ser notado nos banheiros utilizados pelos estudantes. A rampa que dá acesso à entrada desses banheiros é existente apenas na entrada dos banheiros masculinos, enquanto que no feminino há a presença de um degrau.

De modo geral, os níveis de adequação do acesso à entrada do colégio, a existência de corrimão nas rampas e escadas, barras de apoio nos banheiros, a largura das portas das salas de aula, e qualidade do piso que o colégio oferece aos estudantes com deficiência física (cadeirante), é razoavelmente satisfatório. É inegável que tal colégio necessita ainda de muitas melhorias quanto ao tema tratado, mas se comparados a outros colégios públicos da rede regular de ensino, o Colégio Adolfo Bezerra de Menezes oferece, uma acessibilidade ao estudante com deficiência física (cadeirante) de nível básico.

A última parte deste trabalho é apresentada no capítulo 05. Onde o mesmo faz uma ponte entre o tema abordado e o ensino aprendizagem da disciplina de geografia. A intenção é provocar o leitor (professor) a refletir como despertar a consciência sobre a necessidade de estudar o tema da acessibilidade ao deficiente físico, no ensino de geografia e para isso as leituras e pesquisas constantes ao PCN de Geografia foram fundamentais. Contudo, é possível concluir considerar que a melhor forma de se trabalhar o tema nas aulas de geografia e trazer esse problema social para mais próximo do aluno. Mostrar a ele, o que ele pode observar no seu espaço local e a partir disto trabalhar com o aluno o despertar dessa necessidade de acessibilidade numa escala maior.

A conclusão que se faz é que a acessibilidade é um tema que ainda precisa de muitos estudos e conscientização por parte dos poderes públicos, comunidade escolar e também dos cidadãos civis. As leis que garantem a acessibilidade para as pessoas com deficiência são inúmeras, no entanto não adianta tê-las se não são fiscalizadas. A fiscalização e punição ainda é a melhor forma de se garantir a acessibilidade nos espaços urbanos e escolares da cidade de Araguaína – TO.

Muito mais do que inserir o aluno no ambiente escolar, a acessibilidade visa a permanência e participação plena do aluno com deficiência nas atividades cotidianas de um colégio. Isso precisa estar claro, especialmente para os responsáveis pela

política da educação inclusiva. Hoje as escolas públicas e particulares são “obrigadas” a receber o aluno com deficiência, no entanto os profissionais da educação e também a escola não estão capacitados para atender as necessidades desse público. A política da educação inclusiva precisa se posicionar no sentido de que não há como proporcionar uma educação de qualidade aos estudantes com deficiência que estudam numa escola da rede regular de ensino se tanto a escola como os professores não estão adequados para atender esses alunos. Mais que tudo é preciso capacitação e adequação por parte das escolas. Sobretudo, os responsáveis pela educação inclusiva precisam entender que a matrícula de um estudante com deficiência numa escola da rede regular de ensino, deve significar mais que números e gráficos e que assim como os alunos ditos “normais”, eles precisam ter seu desenvolvimento educacional garantido.

REFERÊNCIAS

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2004: Acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/NBR9050-31052004.pdf>. Acesso em: 09 de dezembro de 2015.

AMORIM, F. C., AMORIM, C. C.: **O ensino da Geografia numa escola com alunos especiais: síndrome de Down e a aprendizagem das relações espaciais**, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Ensenanzadelageografia/Investigacionydesarrolloeducativo/11.pdf>: Acessado em: 16/02/2017

ARAGUAÍNA. **LEI Nº 2424 DE 03 DE OUTUBRO DE 2005.** Dispõe sobre a revisão do plano diretor do município de Araguaína e dá outras providências. Disponível em: https://planodiretor.araguaina.tk/Arquivos/Lei_Plano_Diretor_Araguaina.pdf Acessado em: 22/02/2017.

BERSCH, Rita. **Considerações finais.** In: SHIRMER et al. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

BRASIL. **LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989.** Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm. Acesso em: 21 de novembro de 2015.

_____. **LEI Nº 8.742, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm. Acesso em: 16 de novembro de 2015.

_____. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 10 dezembro de 2015.

_____. **LEI Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 04 de dezembro de 2015.

_____. **LEI Nº 13.146, DE 06 DE JULHO DE 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 01 de dezembro de 2015.

_____. **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001.** Estabelece diretrizes gerais da política urbana. CÂMARA DOS DEPUTADOS. (Estatuto das Cidades). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 22/02/2017.

_____. **DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.** Regulamenta a lei n. 7.853, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora da Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

_____. **DECRETO Nº 5.296, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2004.** Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm> Acesso em: 07 de março de 2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia.** (3º e 4º ciclos do ensino fundamental). Brasília: MEC, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/geografia.pdf>> acesso em 20/02/2017

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência física: a sociedade brasileira cria “recupera” e discrimina.** Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991..

CARNEIRO, M.A. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns:** Possibilidades e limitações. Petrópolis: Vozes, 2008.

CAVALCANTI, Lana De Souza. **Bases teórico-metodológicas: uma referência para a formação e a prática de ensino da geografia** in: DALVA, E. Gonçalves Rosa...[et.al], CAVALCANTI, Lana de Souza (org.) **FORMAÇÃO DE PROFESSORES: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS EM GEOGRAFIA.** Goiânia: Vitória, 2006.

DISABLED PEOPLES' INTERNATIONAL. **Declaração da Cave Hill.** Cave Hill, 1983.

DISCHINGER, M.; MACHADO, R. **Desenvolvendo ações para criar espaços escolares acessíveis.** Inclusão. Revista da Educação Especial, Secretaria da Educação Especial. Brasília: SEE, v.1, n. 1, p. 14-17, jul./2006.

FIGUEIRA, Emilio, **Caminhando em Silêncio: Uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil.** São Paulo, Giz Editorial, 2008.

FONSECA, Ricardo Lopes e TORRES, Eloiza Cristiane. **Adaptações da Prática de Ensino de Geografia para Alunos Surdos**. Universidade Estadual de Londrina, Geografia Londrina, v.23, n.2, p. 05-25, jul./dez, 2014.

GIL, Marta, **Acessibilidade, Inclusão Social e Desenho Universal: Tudo a ver**, 2006 (artigo) disponível em: <http://www.bengalalegal.com/martagil>. Acessado em: 13 de janeiro de 2016.

LOPES, K.T.; DUTRA, G.; MARTELETO, B.; GOLÇALVES, J. ; GERALDO, L. LINHARES, M. **Acessibilidade de pessoas deficientes em escolas públicas**, 2006 (artigo) disponível em [:http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaudefisioterapia/variedades/acessibilidade_gleisson.htm](http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaudefisioterapia/variedades/acessibilidade_gleisson.htm). Acessado em: 30 de novembro de 2015.

MAIA, Alexandre Gori e GARCIA, Vinicius Gaspar. **A inclusão das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro em 2000 e 2010 – Panorama e mudanças em uma década, 2012**. Disponível em: <file:///C:/Users/Protocolo/Desktop/1954-5730-1-PB%20(2).pdf> Acesso em: 16/03/2017.

MACHADO, Rosângela. **Acessibilidade Arquitetônica**. In: SHIRMER et al. Atendimento Educacional Especializado: Deficiência Física. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Fundamentos da educação especial**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1982. (Série Cadernos de Educação).

OLIVEIRA, A.H.; PEREIRA, A.J. **A relevância da acessibilidade frente a inclusão de pessoas com necessidades especiais: uma reflexão sobre urbanização em Araguaína-TO**.in: MACHADO, Carlos Augusto, SIEBEN, Airton (orgs.)DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO. Goiânia: Kelps, 2011.

PEREIRA, Aires José. **Leituras de Paisagens Urbanas: Um estudo de Araguaína – TO**. Uberlândia-MG: UFU, 2013. 312 fl. Tese, Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade federal de Uberlândia, 2013.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Acessibilidade para a inclusão na escola: princípios e práticas**. In: Sitientibus. Feira de Santana, n. 44, p. 79-98, jan./jun. 2011. Disponível em: http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/44/C_evaz_Sitientibus_alvaro: Acessado em: 08/02/2017

SASSAKI, K.R. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SHIMONO, S. O. **Educação e Trabalho: Caminhos da Inclusão na perspectiva da pessoa com deficiência**. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, O. M. **A epopeia ignorada – A pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Cedas/São Camilo, 1987.

SOUSA, E. M.; TAVARES, H. M. **Acessibilidade da criança com deficiência física na escola**. Revista da Católica, Uberlândia, v.2, número 04, jul./dez.2010. Disponível em: <http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosn4v2/19-pedagogia.pdf>. Acessado em: 15/02/2017.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**; Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/imagens/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em: 04 de novembro de 2015.

VESENTINI, José William. **Educação e ensino da geografia: instrumentos de dominação e/ou de libertação**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). A geografia na Sala de Aula. 8ª ed. São Paulo, Contexto, 2006 p.14-31.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

APÊNDICES

ACESSIBILIDADE ESCOLAR: OS ENTRAVES ESTRUTURAIS DO COL. EST. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES EM ARAGUAÍNA-TO TENDO EM VISTA AS LIMITAÇÕES FÍSICAS DE UM CADEIRANTE

Questionário para aquisição de informações empíricas para o desenvolvimento do trabalho de conclusão de geografia

A. Formulário de Informações (dados pessoais dos entrevistados).

1. Sexo:

M F

2. Idade: _____

3. Tempo de residência em Araguaína TO _____

4. Profissão: _____

5. Grau de Escolaridade:

Analfabeto

Ensino fundamental Incompleto

Ensino Médio Incompleto

Ensino superior Incompleto

Ensino fundamental completo

Ensino Médio completo

Ensino superior completo

Mestrado

Doutorado

6. Você é uma pessoa com deficiência?

sim não

B. Formulário/questionário a ser aplicado aos entrevistados.

1. Você acha que a lei da Acessibilidade (LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000.) está sendo respeitadas de um modo geral na cidade de Araguaína?

Sim

Não

Parcialmente respeitada

2. Em sua opinião a estruturas das escolas públicas de Araguaína estão adequadas para receber alunos que sejam deficientes físicos (cadeirantes) ?Justifique a sua resposta

Sim ()

Não ()

Apenas em algumas escolas públicas ()

Justificativa:

3. Em sua opinião, a acessibilidade ou falta dela está relacionada ao quantitativo baixo de deficientes físicos nas escolas públicas da cidade? Justifique sua resposta

() Não, não está relacionado

() Sim, tem relação

() Sim. A falta de acessibilidade está relacionada também ao grau escolar do deficiente físico, uma vez que a maioria não tem formação superior, devido não ter frequentado a educação básica.

Justificativa:

4. Assinale os fatores que mais têm prejudicado a acessibilidade das pessoas com deficiência física aos órgãos públicos em especial às escolas e aos serviços por eles ofertados aqui na cidade de Araguaína (pode assinalar mais de um item).

	Inclinação inadequada das rampas de acesso aos edifícios que prestam atendimento.
	Inexistência de elevador ou outro equipamento ligado pavimentos.
	Altura inadequada de mesas e balcões destinados ao atendimento.
	Ausência de rampa de acesso aos edifícios que prestam atendimento.
	As rampas apresentam avarias (buracos, rachaduras, ondulações).
	Elevadores inadequados às pessoas que utilizam cadeira de rodas.
	Banheiros inadequados às pessoas que utilizam cadeira de rodas.
	Outros
	Não sei / não se aplica

5. Você acha que a acessibilidade no interior nas escolas publica é o suficiente para aumentar a assiduidade de deficientes físicos nas escolas da cidade?

Sim, apenas a acessibilidade é o suficiente

Não. É preciso que todo entorno da escola seja acessível para que a locomoção do cadeirante seja facilitada desde a saída de sua casa ate nas dependências da escola

sim , a acessibilidade já é aplicada fora das dependências da escola

6. A partir de sua experiência com pessoas com deficiência e com seus familiares, avalie os itens a seguir em relação à sua região.

	Todos (as) estão adequados (as)	A maior parte está adequada	A menor parte está adequada	Todos (as) estão inadequados (as)	Não sei/não se aplica
Nível de adequação das escolas públicas para proporcionar o acesso das pessoas com deficiência às suas dependências:					
Nível de adequação das formas de atendimento colocadas à disposição das pessoas com deficiência pelos órgãos públicos					
Nível de adequação dos meios de transporte colocados à disposição das pessoas					

com deficiência					
Nível de adequação das ruas e calçadas para possibilitar a locomoção das pessoas com deficiência					

7. Em sua opinião o que é preciso fazer para que os Portadores de Necessidades Especiais tenham acessibilidade nas dependências das escolas públicas de Araguaína?